

Itaú
cultural



BSERVATÓRIO
Itaú Cultural

NÚMERO

.04

Patrimônio imaterial

Reflexões sobre
indicadores culturais





Cadeira Unilabor, Geraldo de Barros, 1954
fotografia, 2/15
40 x 30,1 cm



SUMÁRIO

- .6 AOS LEITORES**
Apresentação dos temas da revista
- .9 ENCONTROS DISCUTEM CONSTRUÇÃO E USO DE INDICADORES CULTURAIS**
Pesquisadores brasileiros e espanhóis apresentam experiências práticas e reflexões conceituais
- .15 OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL AMPLIA A OFERTA DE CONTEÚDO NO SITE DO ITAÚ CULTURAL**
Reformulação permite consulta às principais pesquisas brasileiras sobre o setor cultural
- .19 TEXTO INÉDITO DE NÉSTOR GARCÍA CANCLINI INAUGURA COLEÇÃO OS LIVROS DO OBSERVATÓRIO**
Leitores, Espectadores e Internautas discute a inter-relação da leitura tradicional, solitária, com as recentes formas industrializadas da cultura e os novos hábitos culturais
- .25 RUMOS PESQUISA: GESTÃO CULTURAL 2007-2008**
Projetos selecionados atestam qualidade da pesquisa brasileira
- .33 O USO DE INDICADORES EM PESQUISA NO SETOR CULTURAL: O SALTO DA ESTATÍSTICA PARA A DESCONSTRUÇÃO DO DISCURSO**
Cristina Pou Satorre
- .39 INDICADORES CULTURAIS: PARA USAR SEM MEDO**
José Carlos Durand
- .44 INDICADORES CULTURAIS – REFLEXÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO BRASILEIRO**
Rosimeri Carvalho da Silva
- .59 O SISTEMA E O “SISTEMA” – O PROJETO EM CURSO NO IBGE E O ESTUDO SOBRE A CULTURA**
Cristina Pereira de Carvalho Lins e Antonio Carlos Alkmim
- .68 CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL**

Revista Observatório Itaú Cultural

Editor

Mário Mazzilli

Projeto Gráfico

Yoshiharu Arakaki

Colaboradores desta edição

Antonio Carlos Alkmim
Cristina Pereira de Carvalho Lins
Cristina Pou Satorre
José Carlos Durand
Rosimeri Carvalho da Silva

[Esta revista foi organizada, diagramada e revisada pela equipe do Instituto Itaú Cultural]

Revista Observatório Itaú Cultural / OIC - n. 4, (jan./mar. 2008). – São Paulo, SP : Itaú Cultural, 2008.

Trimestral
ISSN 1981-125X

1. Política cultural. 2. Gestão cultural. 3. Economia da cultura. 4. Consumo cultural. 5. Instituições culturais.
I. Observatório Itaú Cultural.

CDD: 353.7

observatorio@itaucultural.org.br



Na edição nº 3 desta revista, na matéria sobre a experiência de gestão cultural no Ceará, foi publicada uma foto (páginas 40 e 41) cujo crédito ficou incompleto. A foto é de Nivea Uchoa, geógrafa e fotógrafa profissional desde 1993, com trabalhos desenvolvidos no estado do Ceará, especificamente na região do Cariri. Seu trabalho foi exibido nas exposições *Gente do Cariri* e *Poema das Águas*, entre outras. Atualmente documenta as relações entre o ser humano e a água para o projeto *Água pra que Te Quero*. Além disso, tem colaborado com os jornais *Folha de S.Paulo*, *O Povo* e *Diário do Nordeste*, os dois últimos de Fortaleza, com as revistas *Palavra* e *Reportagem* e com diversas publicações da Secretaria de Estado da Cultura do Ceará, que forneceu a foto à revista.



imagem: Cia de Foto

AOS LEITORES

A necessidade de criar instrumentos de aferição quantitativa e de investir em avaliações qualitativas dos fenômenos da cultura costuma ser reconhecida como uma das condições para a elaboração de políticas públicas consistentes, o que coloca o tema dos indicadores culturais como uma das principais problemáticas de pesquisa no campo da cultura.

Refletir e debater questões relativas à produção de estatísticas, índices e indicadores tornou-se uma das preocupações centrais do Observatório Itaú Cultural, desde os debates realizados no âmbito dos primeiros seminários internacionais organizados em 2006. Parte das reflexões e dos debates desenvolvidos nos últimos meses pelo Observatório em torno do tema indicadores culturais é apresentada nesta quarta edição da revista.

Indicadores

Na matéria de abertura, são apresentadas algumas das questões debatidas em dois seminários realizados no fim de 2007 na sede do Itaú Cultural em São Paulo. Nos dois encontros, as exposições se alternaram entre as reflexões conceituais e metodológicas sobre a construção de indicadores e a descrição de experiências concretas. O primeiro, realizado em novembro, focou especialmente a experiência brasileira na produção de indicadores culturais. No segundo, organizado pelo Itaú Cultural e pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional (Aeci) em dezembro, foi possível conhecer experiências concretas levadas a cabo na Espanha e estabelecer as bases para um intercâmbio de informações.

O Observatório Itaú Cultural estimula a elaboração de estudos, pesquisas, metodologias, dados e indicadores sobre a cultura. Vem desenvolvendo um conjunto de instrumentos que valorizam sua produção e pretendem “traduzir” os resultados de suas pesquisas para as diferentes necessidades de seus vários públicos. A reformulação da área do Observatório no site do Itaú Cultural inclui-se nesse esforço de ampliar a visibilidade do conhecimento produzido e de estabelecer vias qualificadas de comunicação com pesquisadores, professores, estudantes, gestores culturais de órgãos públicos e da iniciativa privada. Como poderá ser observado pela leitura da matéria que aponta as principais transformações nas páginas do Observatório, o novo espaço não foi formulado apenas como um instrumento de difusão e comunicação, mas sim como uma das ferramentas de atuação do próprio Observatório Itaú Cultural.

No início do mês de abril, com a presença de seu autor, o antropólogo argentino radicado no México Néstor García Canclini, foi lançado o livro *Leitores, Espectadores e Internautas*, primeiro título da coleção Os Livros do Observatório. A coleção reunirá publicações com dados e informações obtidos pelo Observatório Itaú Cultural sobre o cenário cultural, além de ensaios e reflexões de especialistas. Originalmente publicado na Espanha, em outubro de 2007, esse volume é uma obra singular, apresentada na forma de artigos semelhantes a verbetes de obras de referência que acabam por interagir para construir uma espécie de hipertexto que abriga múltiplas interações entre os conceitos, considerados estratégicos pelo autor para trabalhar atualmente os temas do campo da cultura.

Rumos Pesquisa

Na última matéria da primeira parte da revista são apresentadas algumas informações complementares sobre o resultado da seleção do Programa Rumos Pesquisa: Gestão Cultural. A leitura dos resumos dos dez projetos selecionados permite confirmar a alta qualidade que a pesquisa acadêmica brasileira já logrou conquistar no campo da gestão cultural.

Artigos

A segunda parte da revista apresenta quatro artigos especialmente preparados para os encontros sobre indicadores culturais. A catalã Cristina Pou Satorre, do Observatório de Públicos de Barcelona, analisa os indicadores como instrumentos que podem diminuir a ambigüidade e a imprecisão de algumas pesquisas e apresenta um caso concreto de avaliação de programa cultural realizado por sua instituição.

José Carlos Durand, pesquisador associado ao Grupo Focus, da Unicamp, e um dos mais experientes sociólogos brasileiros da cultura, insiste na necessidade de gestores culturais, artistas e demais grupos que acompanham a vida artística do país de romper com a visão preconceituosa que identifica nos indicadores culturais um risco à expressão artística, e passar a colaborar com sua construção.

A construção de modelos brasileiros não deve ser considerada, porém, sem que se conheça bem a experiência de outros países. É o que afirma a pesquisadora Rosimeri Carvalho da Silva, vice-coordenadora do programa de pós-graduação em administração da Universidade Federal de Santa Catarina. Em seu artigo, a professora Rosimeri, além de avaliar algumas

experiências internacionais, incorpora as pesquisas realizadas pelo Observatório da Realidade Organizacional, grupo de pesquisa do qual é coordenadora, e propõe os fundamentos para a elaboração de um modelo brasileiro de indicadores culturais.

O artigo seguinte é uma colaboração de Cristina Lins e Antonio Alkmim, pesquisadores responsáveis pelo estudo pioneiro do IBGE, o Sistema de Informações e Indicadores Culturais. Os autores comentam os artigos das pesquisadoras Liliana Silva e Lucia de Oliveira publicados na revista *Observatório Itaú Cultural* número 2 e apresentam novas informações sobre o desenvolvimento das pesquisas promovidas pelo IBGE no âmbito da parceria estabelecida com o Ministério da Cultura.

O último texto desta edição é um documento oficial da Unesco, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, aprovada na 32ª sessão da conferência

da organização, em outubro de 2003. A Convenção reconhece a importância crescente que as expressões intangíveis da cultura, aquelas que colaboram fortemente para a construção de identidades de povos, grupos e regiões, passaram a exercer nos anos recentes. Para uma abordagem mais detalhada dos aspectos intangíveis da cultura, ver a revista *Continuum Itaú Cultural*, que dedica a edição de janeiro/fevereiro de 2008 ao assunto. A versão impressa da revista é distribuída gratuitamente na sede do Instituto Itaú Cultural e a versão eletrônica pode ser lida no site do instituto (www.itaucultural.org.br).



ENCONTROS DISCUTEM CONSTRUÇÃO E USO DE INDICADORES CULTURAIS

Pesquisadores brasileiros e espanhóis apresentam experiências práticas e reflexões conceituais

O desafio de desenvolver instrumentos de avaliação e de medida para o campo da cultura, que parece não se conformar facilmente aos modelos quantitativos e estatísticos, vem sendo enfrentado por intelectuais, especialistas e gestores de políticas públicas dos mais diversos países. No caso do Observatório Itaú Cultural, a construção de indicadores culturais se impôs como um tema central de pesquisa desde o primeiro seminário internacional, realizado em março de 2006 (*ver revista Observatório Itaú Cultural número 1*).

Naquela ocasião, a coordenadora de Cultura da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil, Jurema Machado, ao apresentar algumas das experiências daquele organismo internacional na formulação de indicadores culturais, já enfatizava a relevância que os observatórios de cultura poderiam ter no estabelecimento do hábito de realizar medições e de criar indicadores. Nos muitos outros eventos organizados nesses dois primeiros anos de atividade do Observatório Itaú Cultural, foi grande o número de pesquisadores que expressaram entendimento semelhante e defenderam a necessidade de ampliar a pesquisa e a reflexão sobre os indicadores.

imagem: Humberto Pimentel/Itaú Cultural

Portanto, foi quase natural que o Observatório Itaú Cultural elegeesse a discussão sobre os indicadores culturais como um dos temas centrais de suas investigações. Definir o que são indicadores culturais, estabelecer os principais eixos para sua construção, avaliar sua utilidade como instrumento de planejamento de políticas públicas ou, por outro lado, sua capacidade de aferição de resultados de programas e projetos são questões que passaram a integrar o universo de preocupações do Observatório.

Para refletir de maneira mais consistente sobre essas e outras questões relativas à produção de estatísticas e indicadores culturais e avançar na sua compreensão, foram realizados dois seminários no fim de 2007, ambos na sede do Observatório, em São Paulo.

O primeiro foi um encontro de pesquisadores com o tema Indicadores Culturais – Reflexão e Experiências. Aconteceu no dia 12 de novembro e centrou-se nas especificidades que envolvem a produção de indicadores culturais no Brasil – seus limites, dificuldades e eficácia.

Nos dias 11 e 12 de dezembro foi realizado o seminário internacional Indicadores Culturais – Debate Brasil e Espanha, organizado pelo Itaú Cultural e pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional (Aeci). Transmitido em tempo real pelo site do Itaú Cultural, o encontro recebeu a participação de internautas do Brasil e do exterior. Além de analisar o setor cultural e questionar as metodologias de construção de indicadores, os debatedores convidados, brasileiros e espanhóis, discutiram sua importância como ferramenta de pesquisa e de gestão política.

Nos dois encontros, as exposições se alternaram entre as reflexões conceituais e metodológicas e a descrição de experiências concretas. Esse foi o caso da exposição da espanhola Cristina Pou, diretora do Observatório de Públicos, de Barcelona. Em sua visão, os indicadores podem ser considerados ferramentas que nos permitem aproximar a descrição da realidade da experiência cultural de maneira objetiva e que facilitam seu reconhecimento concreto,

gerando um *corpus* de conhecimento teórico, científico e contrastável. Como instrumento, a vantagem que oferecem é que, aparentemente, evitam dois perigos comuns em pesquisa que são a imprecisão e a ambigüidade. Partindo dessa definição muito precisa de indicadores, Pou mostrou como eles são utilizados nos trabalhos de seu observatório e descreveu o caso em que a qualidade dos indicadores não conseguiu suplantar a resistência de uma gestão cultural pouco interessada em reconhecer e utilizar resultados de pesquisas. *(Leia íntegra do artigo na segunda parte da revista.)*

Outra experiência concreta pôde ser vista na exposição da professora Liliana Segnini, da Unicamp, coordenadora do projeto temático Trabalho e Profissão no Campo da Cultura: Professores, Músicos e Bailarinos, da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp). Segundo ela, pela primeira vez em pesquisas desse tipo, a arte foi definida como parte integrante do campo do trabalho. Ao reconhecer a inserção do artista no mundo do trabalho, ou seja, que ele trabalha e que não é apenas um iluminado que se satisfaz com a expressão de sua criatividade, foi possível descrever as ocupações em arte e espetáculos. Para essa descrição, e também para elaborar os principais indicadores que informariam a pesquisa, a equipe coordenada por Liliana Segnini foi buscar cooperação internacional, especificamente com a França, onde é longa a tradição em pesquisas desse tipo. Toda a pesquisa desenvolveu-se comparativamente e a análise das configurações assumidas pelos grupos investigados levou em consideração as diferenças históricas e sociais entre as duas realidades.

Também para Rosimeri Carvalho Silva, que expôs o caso de pesquisa sobre organizações culturais e mercantilização *(veja artigo na segunda parte da revista)*, conhecer a experiência internacional em relação aos indicadores foi fundamental, inclusive para melhor superar as impropriedades que às vezes acontecem com o uso da palavra “indicador”.



imagem: Humberto Pimentel/Itaú Cultural

Indicadores culturais: o que são?

Assim como acontece com a cultura, indicador cultural é um conceito que ainda busca uma definição consensual. Para o professor José Carlos Durand, a falta de clareza sobre o que de fato são os indicadores pode fazer com que se queira que eles resolvam algo que não seria de sua esfera, que eles ofereçam soluções para problemas que fogem do âmbito para o qual foram construídos.

O indicador deve, isto sim, revelar algo relevante sobre o mundo da cultura a alguém – gestor, pesquisador ou político – que vai utilizá-lo para agir sobre o campo da cultura ou para ampliar o conhecimento sobre fenômenos determinados.

Essa capacidade de indicar, de revelar aquela dimensão da vida cultural que às vezes passa em silêncio, pela própria lógica do mundo cultural, é uma das características mais relevantes dos indicadores culturais. Dessa forma, e ainda de acordo com Durand, os indicadores podem ser úteis em duas esferas de atuação distintas e que, muitas vezes, não dialogam entre si:

- na gestão pública ou privada da cultura;
- na interpretação do meio cultural, ou seja, para a compreensão dos fenômenos culturais.

Como ferramenta de gestão e de políticas culturais, os indicadores podem apontar com clareza os avanços ou retrocessos de

determinadas políticas ou de programas, comparando seus resultados com os objetivos específicos previamente definidos. O professor Enrique Saravia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Rio) afirma que, quanto às características, os indicadores podem ser:

- estratégicos: quando se referem a metas;
- de sustentabilidade: quando aferem a consecução de propósitos de políticas;
- de resultado: quando avaliam o desempenho de programas e projetos determinados;
- de atividade: quando apontam características de desempenho.

Na compreensão dos fenômenos culturais, ou no campo mais identificado com o conhecimento científico, os indicadores culturais serão úteis como vetores do conhecimento, como capazes de explicitar valores e idéias que poderão, ou não, ser incorporadas pelos gestores culturais na elaboração de políticas, programas e projetos culturais.

Para o sociólogo francês Paul Tolila, o indicador é construído por meios científicos, mas não é ele mesmo um objeto científico no sentido próprio do termo. Pode ser visto como instrumento de diálogo entre as instâncias do poder e outros componentes da sociedade. Estabelece conexões, nem sempre evidentes, entre o campo do conhecimento e o do discurso, entendido aqui, ainda que de maneira muito restrita, como ideologia. É parte de um processo em



imagem: Humberto Pimentel/Itaú Cultural

constante transformação, sobretudo quando se pretende que o indicador se torne mais próximo da representação de processos sociais complexos. Portanto, por mais rigorosa que tenha sido sua construção do ponto de vista conceitual e metodológico, não haverá um indicador totalmente livre do confronto social e tampouco da capacidade de impactar o setor cultural.

Os indicadores são suscetíveis a muitos usos diferentes e, como toda ferramenta, também são imperfeitos. Serão tanto melhores quanto mais claras forem as perguntas para as quais devem fornecer respostas.

IBGE

Cristina Lins e Antonio Alkmim, da equipe responsável pela publicação Sistema de Informações e Indicadores Sociais, do IBGE, apresentaram novas informações sobre esse estudo e aproveitaram o encontro para comentar alguns dos aspectos dos artigos publicados na revista *Observatório Itaú Cultural* número 2, pelas pesquisadoras Líliana Silva e Lucia Maciel.

Segundo Cristina Lins, o projeto do IBGE procura preencher uma lacuna na produção e

disseminação de bases de dados, estatísticas, informações, indicadores e análises, por parte do Estado, sobre o tema da cultura, como é tradição consolidada em diversos países. (*O artigo de Cristina Lins e Antonio Carlos Alkmim pode ser lido na segunda parte da revista.*)

A nova edição do estudo, lançada em dezembro de 2007, incorpora um suplemento especial de cultura de uma das pesquisas permanentes do IBGE, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), objeto da exposição de Antonio Alkmim. Essa pesquisa levanta informações das prefeituras dos 5.564 municípios brasileiros e tem seu foco em gestão e finanças públicas municipais. Seu objetivo é criar uma base de dados institucional em nível municipal e construir um perfil dos municípios com base na gestão de suas administrações municipais. Suas informações procuram subsidiar a formulação de políticas públicas, articulando os diversos entes governamentais. Pode, ainda, colaborar nas avaliações sobre eficácia, eficiência e efetividade das propostas que procuram enfrentar os desafios do desenvolvimento local.

Muitas das informações divulgadas pelo suplemento de cultura da Munic já são hoje de conhecimento amplo. Uma que mereceu

destaque no encontro de pesquisadores, por levantar questões conceituais de certa forma presentes em todas as exposições, foi aquela referente ao número de municípios com bibliotecas de uso público. O levantamento de 1999 indicou que mais de 70% dos municípios possuíam bibliotecas, número que causou um forte impacto nos dirigentes do MinC. Com base nessa constatação empírica, o Ministério decidiu criar condições para que todos os municípios tivessem pelo menos uma biblioteca de uso público. Em 2006, quando foi feito o segundo levantamento, esse número passou para 89%. Segundo Alkmim, os números levantados pela Munic são, ao mesmo tempo, uma informação estatística e um indicador que monitora a ação do MinC.

No entendimento dos representantes do IBGE, indicador cultural é aquele capaz de produzir um conhecimento relevante sobre a realidade, referido a teoria e conceitos, traduzido em sua expressão matemática ou estatística, geralmente diferenciado do dado bruto ou de uma variável. Produz a síntese da informação, refere-se ao tempo e ao espaço, aos segmentos sociais, articula-se a uma temática, procura suprir a ausência ou irracionalidade da ação, assim como avaliá-la.

Vídeos com as íntegras das exposições e dos debates dos dois encontros estão disponíveis na página do Observatório Itaú Cultural: www.itaucultural.org.br/observatorio.

Encontro de Pesquisadores Indicadores Culturais – Reflexão e Experiências

Realização: Observatório Itaú Cultural
12 de novembro de 2007

Participantes

Liliana Petrili Segnini

Professora titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e coordenadora do projeto temático “Formação e Trabalho no Campo da Cultura: Professores, Músicos e Bailarinos”, da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp).

Rosimeri de Fátima Carvalho da Silva

Coordenadora do Observatório da Realidade Organizacional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Teixeira Coelho

Professor titular da Universidade de São Paulo, curador do Museu de Arte de São Paulo (Masp) e consultor do Observatório Itaú Cultural.

José Carlos Duran

Sociólogo da cultura pela USP, com pós-doutorado em Paris (EHESS) e Nova York (NYU), professor titular aposentado da FGV/SP e pesquisador associado ao Grupo Focus, da Unicamp.

José Marcio Barros

Diretor de Cultura e coordenador do Observatório da Diversidade Cultural da PUC Minas.

Paul Tollia

Inspetor-geral de Administração e de Negócios Culturais do Ministério da Cultura da França.

Cristina Lins

Economista, mestre em estudos populacionais e pesquisas sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) e tecnologista sênior do IBGE.

Antonio Alkmim
Pesquisador do IBGE.

Carlos Alberto Dória
Doutor em sociologia pela Unicamp e consultor.

Mediação

Liliana Sousa e Silva
Socióloga e pesquisadora do Observatório Itaú Cultural.

Indicadores Culturais – Debate Brasil e Espanha

Realização: Itaú Cultural e Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid) 11 e 12 de dezembro de 2007

Participantes

Albino Rubim
Professor titular da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia e coordenador do Centro de Estudos Multidisciplinares (Cult) da instituição.

Aurilio Sergio Costa Caiado
Mestre em administração pública pela FGV e doutor em economia pela Unicamp, editor da revista *São Paulo em Perspectiva*, da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade).

Cristina Pou Satorre
Pesquisadora da Universidad Central de Barcelona, atualmente integra a equipe de estudos Formação, Inovação e Novas Tecnologias da instituição.

Elizete Ignácio
Socióloga, pesquisadora convidada do FGV Opinião (núcleo de pesquisa social aplicada da Fundação Getúlio Vargas).

Enrique Jeronimo Saravia
Professor titular da Fundação Getúlio Vargas, integra o conselho editorial do *Droit Et Économie de La Régulation* e do *International Journal of Arts Management*.

Frederico Augusto Barbosa da Silva
Professor do Centro Universitário de Brasília (UniCeub) e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

José Carlos Garcia Durand
Sociólogo da cultura pela USP, com pós-doutorado em Paris (EHESS) e Nova York (NYU), professor titular aposentado da FGV/SP e pesquisador associado ao Grupo Focus, da Unicamp.

José Márcio Barros
Diretor de Cultura e coordenador do Observatório da Diversidade Cultural da PUC Minas.

Maurício Fiore
Pesquisador no Centro de Estudos da Metrópole sediado no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap).

Maria Amarante Pastor Baracho
Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais e diretora de pesquisa do Instituto Plano Cultural.

Maria Helena Pires Martins
Filósofa, doutora em artes, especialista em conservação, restauro e políticas públicas, e professora associada da Universidade de São Paulo.

Miriam Arredondo Garrido
Diretora de programas de modernização e descentralização das Administraciones Centrales de Trabajo em Centroamérica (juntamente com a Organização Internacional do Trabalho).

Rosimeri de Fátima Carvalho da Silva
Coordenadora do Observatório da Realidade Organizacional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Teixeira Coelho
Professor titular da Universidade de São Paulo, curador do Museu de Arte de São Paulo (Masp) e consultor do Observatório Itaú Cultural.

Mediação

Josiane Mozer
Observatório Itaú Cultural



imagem: Humberto Pimentel/Itaú Cultural

OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL AMPLIA A OFERTA DE CONTEÚDO NO SITE DO INSTITUTO

Reformulação permite consulta às principais pesquisas brasileiras sobre o setor cultural

Onde estão os principais programas e cursos de pós-graduação brasileiros em gestão cultural e economia da cultura? Quais são e como acessar as pesquisas existentes sobre o setor cultural no Brasil? Como encontrar indicações de outros observatórios que disponibilizem informações confiáveis sobre arte e cultura, entre os milhões de sites da internet?

A partir de março de 2008, respostas qualificadas para essas e muitas outras questões poderão ser encontradas no site do Itaú Cultural, na área dedicada ao Observatório. O acesso às páginas do Observatório Itaú Cultural pode ser feito no endereço www.itaucultural.org.br/observatorio.

Em funcionamento desde o início de 2007, quando foi disponibilizada a primeira edição eletrônica da revista *Observatório Itaú Cultural*, o espaço dedicado ao Observatório sofreu uma profunda reformulação e passa a oferecer um conteúdo ampliado, resultado das atividades e das parcerias de seus primeiros dois anos de existência.

Desde sua implantação, em 2006, o Observatório Itaú Cultural participou de forma organizada e sistemática do debate público sobre as interações entre cultura, artes, economia e sociedade,

¹Veja na primeira parte desta revista matéria sobre o livro *Leitores, Espectadores e Internautas*, de Néstor Canclini, lançado em abril de 2008.

por meio da organização de seminários, debates e encontros técnicos, além do apoio a iniciativas originadas em universidades e outros centros de pesquisa brasileiros. A publicação da revista, o lançamento da linha de livros¹, os seminários e encontros técnicos, e agora a reformulação das páginas de internet são exemplos concretos desse esforço de posicionamento no debate público e do estabelecimento de vias qualificadas de comunicação com o público.

O Observatório Itaú Cultural sempre procurou estabelecer uma mediação ativa entre seus vários interlocutores, motivado em estimular uma reflexão crítica sobre os dados que coleta e sistematiza. É também nesse sentido de diálogo e de intercâmbio de informações que a reformulação do espaço do Observatório na internet deve ser entendido. Não apenas como um instrumento de difusão e comunicação dos resultados de seu trabalho, mas sim como uma das ferramentas de atuação do próprio Observatório.

Tecnologia a favor do conteúdo

Para facilitar a consulta e estimular a interação com os internautas, a interface gráfica das páginas do Observatório foi desenvolvida de modo que possibilitasse uma navegação ágil e intuitiva. A área do Observatório beneficia-se dos sofisticados recursos tecnológicos do site do Itaú Cultural, que se mantém em constante processo de aperfeiçoamento, tendo registrado cerca de 2,5 milhões de visitantes únicos e 4,9 milhões de páginas acessadas em 2007.

Os investimentos em tecnologia do site permitem que, além de textos, fotos e gráficos, sejam feitas transmissões em tempo real e gravação em vídeo dos seminários e encontros técnicos do Observatório, que depois ficam disponíveis para consulta. As transmissões ao vivo ampliam significativamente o público dos eventos, como foi o caso do seminário Indicadores Culturais – Debate Brasil e Espanha, realizado nos dias 11 e 12 de dezembro de 2007, quando perguntas e comentários de internautas do Brasil e do exterior puderam ser levadas ao conhecimento dos expositores.

Tornar disponíveis os vídeos, além de garantir a memória das comunicações e dos debates, possibilita a consulta ao longo do tempo de um material de pesquisa com a vitalidade das apresentações e discussões ao vivo. Ou seja, essa ferramenta oferece ao internauta que não esteve presente ao evento a oportunidade de ver e ouvir as comunicações dos especialistas da forma mais próxima possível de quem esteve presente fisicamente aos eventos.

A participação do público nas páginas do Observatório não se limita, porém, aos eventos transmitidos em tempo real. A interatividade é um dos pontos-chave do site e a participação dos internautas será sempre estimulada. Divididas em subáreas com conteúdo homogêneo e em constante processo de ampliação e atualização, as páginas podem ser visitadas seqüencialmente ou através das ferramentas de busca do site.



imagem: Cia de Foto

Pesquisas

Talvez um dos mais importantes conjuntos de informação oferecidos pelo Observatório seja o amplo mapeamento das pesquisas brasileiras sobre o setor cultural.

Identificado como Mapa das Fontes, o levantamento conduzido pelas pesquisadoras Liliana Souza e Silva e Lucia Maciel, sob a coordenação do professor Teixeira Coelho (*ver revista Observatório Itaú Cultural número 2*), foi realizado ao longo de todo o ano de 2007 e será permanentemente atualizado. Identificou, até o momento, 36 pesquisas que fornecem dados sobre cultura, desde as mais setorializadas até aquelas mais abrangentes, todas sistematizadas em fichas de coleta. Ao acessá-las, será possível obter informações mais detalhadas sobre cada uma delas e fazer a remissão, através de um link, às pesquisas na íntegra.

A reunião dessas pesquisas em um mesmo local, acompanhadas da sistematização das informações, ajuda a reverter um dos principais problemas que os pesquisadores enfrentavam com esse material: a dificuldade de acesso a algumas delas e a dispersão das instituições responsáveis pelos estudos.

Na mesma subárea que abriga o Mapa das Fontes, estarão disponíveis outras pesquisas sobre aspectos socioeconômicos, metodológicos e estatísticos, contribuindo assim para uma melhor definição do campo cultural e para o debate público sobre as questões culturais.

Em outra subárea, a de Publicações, podem ser encontradas todas as edições desta revista (em formato PDF), boletins periódicos e informações sobre os livros publicados pelo Observatório em parceria com editoras brasileiras. Ali também poderão ser solicitados exemplares gratuitos das revistas e informações sobre a distribuição de livros e de outras publicações que vierem a ser editadas pelo Observatório.



imagem: Cia de Foto

A Biblioteca do Observatório tem o objetivo de desenvolver um acervo de referências e de conteúdos diversos sobre a área cultural, no âmbito de políticas culturais, gestão, patrimônio e produção. Os visitantes do site podem realizar pesquisas bibliográficas com base nesse acervo especializado e consultar os títulos na sede do Instituto Itaú Cultural. Quando houver autorização dos detentores dos direitos autorais e de divulgação, os livros, artigos de jornais, revistas, vídeos e outros materiais poderão ser baixados diretamente do site. Também na seção Biblioteca está sendo criado um banco de teses e dissertações com temas de interesse do Observatório. O levantamento desse material foi feito com base no Programa Rumos Pesquisa: Gestão Cultural, que teve início em 2007. Inicialmente serão oferecidas as referências bibliográficas e, em seguida, sempre que seus autores permitirem, estarão disponíveis as íntegras dos trabalhos.

Finalmente, a última das seções das páginas do Observatório é a de Indicações, que apresenta uma seleção de sites de interesse e a relação dos programas e cursos brasileiros de pós-graduação em gestão cultural, economia da cultura, políticas públicas de cultura e produção cultural.

Ao contrário de elaborar apenas uma simples relação de links, a equipe do Observatório Itaú Cultural visitou e avaliou o conteúdo de um grande número de sites de outros observatórios de cultura e instituições semelhantes, o que resultou na seleção apresentada nessa área. Para cada uma das indicações foi elaborado um breve resumo do conteúdo e fornecido o link correspondente, para facilitar as pesquisas dos internautas.

A relação dos cursos e programas de pós-graduação brasileiros nas áreas de investigação do Observatório é um recurso extremamente valioso, pois identifica as principais universidades e centros de pesquisa onde se desenvolve a reflexão sobre as relações entre economia, cultura, sociedade e políticas públicas. Permite que todos aqueles interessados em desenvolver suas próprias pesquisas ou em conhecer as principais reflexões sobre esses temas encontrem com facilidade seus melhores interlocutores. A principal fonte para a organização dessa listagem foram as informações enviadas pelos mais de 500 participantes inscritos no Programa Rumos Pesquisa: Gestão Cultural – um exemplo claro de como o trabalho do Observatório Itaú Cultural, e agora também o de seu espaço na internet, se baseia na interação e no relacionamento qualificado com seus diversos públicos.



imagem: Carlos Goldgrub

TEXTO INÉDITO DE NÉSTOR GARCÍA CANCLINI INAUGURA COLEÇÃO OS LIVROS DO OBSERVATÓRIO

Leitores, Espectadores e Internautas discute a inter-relação da leitura tradicional, solitária, com as recentes formas industrializadas da cultura e os novos hábitos culturais

O antropólogo argentino radicado no México Néstor García Canclini é um dos mais influentes pensadores contemporâneos e bem conhecido no Brasil, onde tem muitos de seus livros publicados. Nascido em 1939, estudou letras e doutorou-se em 1975 pela Universidade Nacional de La Plata, na Argentina, e posteriormente pela Universidade de Paris. Foi professor visitante de diversas universidades, entre elas as de Nápoles, Austin, Stanford, Barcelona, Buenos Aires e São Paulo. Atualmente é professor e pesquisador da Universidade Autônoma do México, onde dirige o programa de estudos sobre cultura.

Leitores, Espectadores e Internautas foi lançado em abril, com a presença do autor, durante o seminário internacional A Cultura pela Cidade – Uma Nova Gestão Cultural da Cidade, na sede



imagem: Humberto Pimentel/Itaú Cultural

do Observatório Itaú Cultural, em São Paulo. O livro é uma co-edição do Observatório Itaú e da Editora Iluminuras e terá parte de sua tiragem distribuída a bibliotecas, centros de pesquisa e programas de pós-graduação de todo o Brasil.

Publicado originalmente na Espanha em outubro de 2007, pela editora Gedisa, *Leitores, Espectadores e Internautas* apresenta um conjunto de breves artigos, plenos de humor, ordenados à maneira de verbetes de um dicionário ou de uma enciclopédia. Os pequenos artigos interagem de modo que construam uma espécie de hipertexto, que explora como as novas formas de fruição da cultura vêm se transformando em um mundo onde a convergência digital é uma realidade que não pode mais ser ignorada.

Existem livros que investigam o que significa ler, ser espectador de TV, de filmes ou de museus, e navegar na rede mundial de computadores. Canclini explora aqui como essas atividades se reconfiguram quando são praticadas pela mesma pessoa: “Uma vasta bibliografia discute o que é um leitor, outra, o que é um espectador, começamos a entrever o que pode ser um internauta. Aqui, fazemos com que essas três perguntas sejam reconhecidas como indecisões das mesmas pessoas”.

Trata-se de um livro “que explora como nos misturamos com outras culturas, não só pelas migrações. Na mesma pessoa combinam-se a leitura que se ouve num disco, livros escaneados, publicidade da televisão, iPods, enciclopédias digitais que mudam todo dia, uma variedade de imagens, textos e saberes que formigam na palma de sua mão, com a qual você liga o celular”.



Se o novo leitor/espectador/internauta se transformou sob a convergência digital, também os museus, as editoras e os meios de comunicação já não podem ser como eram antes. Canclini reflete, então, sobre as fusões entre empresas dedicadas a produzir livros, mensagens audiovisuais e eletrônicas e se pergunta, principalmente, sobre os novos hábitos culturais. Questiona se a pirataria de músicas e vídeos é desejável ou censurável, qual é o sentido de fazer arte, de exibi-la ou de se deslocar para ir ver uma exposição. Pergunta-se, inclusive, para que servem hoje os livros, quando a internet oferece uma variedade virtualmente infinita de opções de pesquisa que parecem mais agradáveis.

A apresentação desse texto em verbetes não deve enganar. Não se trata de um dicionário ou de uma enciclopédia tradicionais. Não encontraremos aqui uma “coleção de definições” ou uma “antologia de respostas com pretensões de definir a totalidade”. Canclini não teve intenção de cristalizar definições ou eleger respostas definitivas que configurem um campo semântico consensual. Ao contrário, reconhece que um dos poucos consensos que existem hoje nos estudos sobre a cultura é justamente a falta de consenso.

Em um artigo publicado na revista mexicana *Fractal* nº 18, de julho/setembro de 2000, que pode ser entendido como a primeira versão desse livro, Canclini afirmava: “Não temos um paradigma internacional e interdisciplinarmente aceito, com um eixo e uma mínima constelação de conceitos associados, cujas articulações possam contrastar-se com referentes empíricos em muitas sociedades. Há diversas maneiras de conceber os vínculos entre cultura e sociedade, realidade e representação, ações e símbolos. Necessitamos, entretanto, de algumas definições operacionais, ainda que provisórias e inseguras, para continuar pesquisando e fazendo políticas culturais”.

É claro que desde aquele período muito já se avançou na elaboração conceitual no campo das políticas públicas de cultura, mas, ainda assim, os pequenos textos, ou verbetes, aqui reunidos devem ser entendidos como provisórios, não, evidentemente, no sentido de alguma precariedade constitutiva, mas, sim, como expressão da mutabilidade e do constante processo de transformação da cultura.

Para Canclini, devem ser entendidos como conceitos estratégicos para trabalhar atualmente os temas e assuntos culturais.

A seguir apresentamos o índice dos verbetes e a íntegra do primeiro, que substitui a introdução dos livros tradicionais. Foi a forma que encontramos para procurar ampliar um pouco o conhecimento sobre esse livro que, apesar de claro e fácil de ser lido, nem sempre é fácil de ser explicado.

imagem: Humberto Pimentel/Itaú Cultural



Índice

Abertura
Assombro
Audiências
Campos culturais ou mercados?
Cinéfilos e videófilos
Cidadãos
Consumidores
Convergência digital
Criatividade
Conto pós-digital
Corpo
Dicionário
Eclético
Espectador
Globalização
Interatividade
Internautas
Leitores
Local
Marcas
Museu
Museu para a globalização
PC
Personagens
Suspeitas
Tele-solidariedade
Wash and wear
Zapping
Agradecimentos
Bibliografia

Abertura. Você está dirigindo o carro enquanto ouve um audiolivro e é interrompido por uma ligação no celular. Ou você está em casa, sentado numa poltrona, com o romance que acabou de comprar, enquanto na televisão ligada à espera do noticiário passa um anúncio sobre as novas funções do iPod. Você se levanta e vai até o computador para ver se compreende essas novidades que não estão mais nas enciclopédias de papel e, de repente, percebe quantas vezes, mesmo para procurar dados sobre outros séculos, recorre a esses novos patrimônios da humanidade que se chamam Google e Yahoo.

Você está lendo um livro que começa evocando outro, de Italo Calvino, que se iniciava assim: “Você vai começar a ler o novo romance de Italo Calvino, *Se numa Noite de Inverno um Viajante*. Relaxe. Concentre-se. Tire da cabeça qualquer outra idéia. Deixe que o mundo que o rodeia se esfume no indistinto. Melhor fechar a porta; do lado de lá, a televisão está sempre ligada”.

Nesse livro, o protagonista, chamado de Leitor, quando chega à página 32 descobre que o autor se repete, embora, na verdade, é o livro que volta à página 17, e isso acontece de novo, o que significa que foi mal encadernado. Vai à livraria e lhe dizem que receberam uma circular da editora avisando que, por um erro, parte do volume foi misturada com o romance polonês *Fora da Aldeia de Malburk*, de Tazio Bazakbal. O Leitor percebe que é esse romance que esteve lendo, decide deixar o livro de Calvino e levar a história de Malburk, assim como faz uma moça que também está ali porque o mesmo aconteceu com ela. O Leitor e a Leitora trocam seus números de telefone e tem início uma cumplicidade que vai mudando conforme descobrem que cada capítulo é um romance diferente interrompido, cada um com estilo diferente, embora fazendo parte de uma cômica conspiração universal: primeiro narrada como experiência corpórea, depois como interpretativa, depois como político-existencial, depois como cínico-brutal etc.

A descontinuidade do relato de Calvino, como metáfora de que “vivemos num mundo de histórias que começam e não terminam”, se dá por meio da intertextualidade que ocorre entre os livros: “cada livro nasce na presença de outros livros, em relação e cotejo com outros livros”, escreveu o autor num comentário posterior. Seu romance não é ingênuo quanto ao fato de que os livros interagem também com o mercado e são escolhidos não só pelo prazer ou pelo valor simbólico, mas também pela satisfação social de estar a par das novidades: por isso Calvino distingue entre os que compram “Livros Feitos para Outros Usos que Não a Leitura” e os que compram “Livros que Todos Leram”. Mas a inter-relação da leitura solitária com essas formas industrializadas da cultura, e com a televisão, apresenta-se como enfrentamento.

Em 1979, quando apareceu *Se numa Noite de Inverno um Viajante*, havia poucos audiolivros (o primeiro, em 1975, foi feito pelo escritor colombiano David Sánchez Juliao), não existiam telefones celulares, nem computadores pessoais, nem iPods.

Você está começando um livro que explora como nos misturamos com outras culturas, não só pelas migrações. Na mesma pessoa combinam-se a leitura que se ouve num disco, livros escaneados, publicidade da televisão, iPods, enciclopédias digitais que mudam todo dia, uma variedade de imagens, textos e saberes que formigam na palma de sua mão, com a qual você liga o celular.

Você não está diante de uma enciclopédia, nem de um dicionário, embora haja algumas definições e se questionem outras. Às palavras vêm reunir-se informações e aproximações que não se encontram em estado de dicionário.

Também não se trata propriamente de um livro, mas de um lugar onde se pergunta para que servem hoje os livros quando é melhor pesquisar na internet, se é censurável ou desejável conseguir vídeos piratas ou baixar música grátis, que sentido tem fazer arte, exibí-la, ir vê-la ou não.

imagem: Cia de Foto



imagem: detalhe de *Abertura*, de Júlio Plaza

Uma enciclopédia organiza com erudição o sentido dos saberes. Os dicionários fixam o significado de cada termo, diferenciam-nos de outros e legislam sobre seus usos corretos. Numa época de empréstimos e negociações entre várias línguas, entre línguas e imagens, não captamos os significados se não observarmos as peripécias das palavras, o modo como deslizam pelas ações daqueles que lêem, são espectadores e navegam pelo ciberespaço. Uma vasta bibliografia discute o que é um leitor, outra, o que é um espectador, começamos a entrever o que pode ser um internauta. Aqui, fazemos com que essas três perguntas sejam reconhecidas como indecisões das mesmas pessoas.

Seleção de livros de Néstor García Canclini

Arte popular y sociedad en América Latina. México: Grijalbo, 1977.
La producción simbólica. Teoría y método en sociología del arte. México: Siglo XXI, 1979.
Las culturas populares en el capitalismo. México: Nueva Imagem, 1982.
¿De qué estamos hablando cuando hablamos de lo popular? Montevideo: CLAEH, 1986.
Cultura transnacional y culturas populares (com R. Roncagliolo). Lima: Ipal, 1988.
Culturas híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.
Cultura y comunicación: entre lo global y lo local. La Plata: Ediciones de Periodismo y Comunicación, 1997.
Las industrias culturales en la integración latinoamericana (com Carlos Moneta). Buenos Aires: Eudeba, 1999.
La globalización imaginada. Barcelona: Paidós, 1999.
Imagarios urbanos. 2. ed. Buenos Aires: Eudeba, 1999.
Consumidores e cidadãos. Conflitos multiculturais da globalização. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
Latinoamericanos buscando lugar en este siglo. Buenos Aires: Paidós, 2002.
Diferentes, desiguais e desconectados. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
A globalização imaginada. São Paulo: Iluminuras, 2003.
Culturas da Ibero-América. São Paulo: Moderna, 2003.
A produção simbólica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.



imagem: Humberto Pimentel/Itaú Cultural

RUMOS PESQUISA: GESTÃO CULTURAL 2007-2008

Projetos selecionados atestam qualidade da pesquisa brasileira

O resultado da primeira edição do Programa Rumos Pesquisa: Gestão Cultural apresentou algumas surpresas e pelo menos uma curiosidade evidente: todos os projetos selecionados nas duas carteiras foram feitos por pesquisadoras. Não houve sequer um pesquisador do sexo masculino selecionado. Mas a principal surpresa talvez tenha sido o próprio número de inscrições. Dos 541 projetos enviados, 529 obedeceram a todas as condições do edital e foram considerados válidos. Números sem dúvida muito significativos e que sugerem a vitalidade de um campo de investigação relativamente recente, não apenas no Brasil, mas também na grande maioria dos países.

Houve inscrições de praticamente todos os estados brasileiros – ficaram de fora apenas Acre, Amazonas, Roraima e Tocantins, o que aponta para a amplitude geográfica dos pesquisadores e para a disseminação de programas de pesquisa por todo o país. São Paulo foi o estado com o maior número de inscrições válidas (133), seguido por Rio de Janeiro (69), Bahia (47), Rio Grande do Sul (44) e Minas Gerais (38). Outro dado que indica a dispersão geográfica dos pesquisadores é o fato de que em todos os estados houve pelo menos três inscrições, com exceção de Mato Grosso do Sul, que registrou apenas uma inscrição para a carteira de pesquisa em andamento.



ilustração: Helga Vaz e
Renan Magalhães/Itaú Cultural

Como era de esperar, o número de inscritos na carteira de pesquisas concluídas foi maior do que na de pesquisas em andamento (300 contra 229). Afinal, na carteira de pesquisas concluídas, puderam se inscrever os projetos concluídos nos 20 anos anteriores à abertura do edital, portanto, desde 1987, enquanto a carteira de pesquisas em andamento foi formulada para receber a produção dos anos mais recentes. Porém, a pequena diferença entre as duas carteiras foi uma surpresa positiva e deve ser saudada como demonstração do crescimento do interesse dos pesquisadores mais jovens pelos temas da cultura e suas inter-relações com a sociedade e a economia.

Mas não são apenas esses resultados numéricos que impressionam quando os resultados do Programa Rumos Pesquisa: Gestão Cultural são avaliados. Os três integrantes da comissão julgadora foram unânimes em ressaltar a diversidade dos temas, a pertinência das orientações conceituais e metodológicas que informaram as pesquisas, o rigor na formulação dos projetos, a qualidade, enfim, da grande maioria das pesquisas inscritas.

O conjunto dos mais de 500 projetos inscritos constitui, por si só, um rico material de pesquisa que já está sendo trabalhado pela equipe do Observatório. As informações sobre os programas de pesquisa, as instituições que os desenvolvem, as temáticas apresentadas e outras que puderem ser levantadas serão analisadas criteriosamente e difundidas na forma de novos produtos do Observatório. O primeiro deles, ainda em fase de desenvolvimento, é a relação de cursos e programas de pós-graduação brasileiros, que já pode ser consultada nas páginas do Observatório no site do Itaú Cultural: www.itaucultural.org.br/observatorio.

Em dezembro de 2007, pouco após o anúncio do resultado da seleção, as dez pesquisadoras foram recebidas em São Paulo por representantes da comissão julgadora e pela direção do Itaú Cultural. Gravaram depoimentos em vídeo sobre seus projetos e suas trajetórias profissionais, receberam orientações e puderam esclarecer dúvidas quanto ao desenvolvimento do programa nos próximos meses. Outras reuniões de trabalho estão programadas para o decorrer de 2008, que certamente resultarão em novos produtos a ser difundidos pelo Observatório Itaú Cultural.

Realizado pela primeira vez em 2007, o Programa Rumos Pesquisa: Gestão Cultural é uma das ações do Observatório Itaú Cultural, que tem entre seus objetivos o de promover a formação e a qualificação de profissionais e de pesquisadores nas áreas de gestão e produção cultural, economia da cultura e políticas públicas para a cultura.

A seguir são apresentadas informações sobre cada um dos dez projetos selecionados, elaboradas com base no material fornecido pelas próprias autoras das pesquisas. Outras informações estarão disponíveis ao longo do ano de 2008 na seção do site do Itaú Cultural dedicada ao Observatório.

Carteira Pesquisa em Andamento

Sociologia e Políticas Culturais: uma Aproximação a partir do Estudo do Caso Sesc

Maria Carolina Vasconcelos Oliveira (São Paulo/SP)

Titulação: mestrado

Orientador: professor Álvaro Augusto Comin

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP)

Resumo: esta pesquisa deseja colaborar para a discussão acerca das questões do consumo de cultura e do acesso aos bens culturais. Pretende testar teorias sociológicas que inserem novos elementos na discussão sobre as determinantes do consumo cultural, elementos que podem trazer luz para as políticas públicas que tratam da democratização cultural. O espaço de investigação escolhido é o Serviço Social do Comércio (Sesc) em duas de suas unidades de São Paulo. Essa escolha é pautada principalmente pela identificação do Sesc como um equipamento multidisciplinar que possibilita a criação de redes de sociabilidade.

Os estudos sociológicos podem trazer colaborações inestimáveis para a discussão de políticas culturais que buscam a ampliação de públicos. Em alguns países, especialmente na França, já existe uma aproximação entre o campo da investigação sociológica sobre a formação de públicos e o campo de promoção da cultura. No Brasil, ao contrário, parece haver pouco diálogo entre essas duas esferas. Este trabalho pretende mostrar como uma análise sociológica dos fatores que influenciam na prática cultural pode contribuir para a esfera das políticas culturais, a partir do estudo do caso Sesc, e verificar, por fim, se esse equipamento consiste numa boa referência para as políticas que visam ampliar os públicos culturais.

O Papel das Redes Transnacionais de Conhecimento na Organização da Esfera Cultural: Reverberações das Idéias da Unesco na Formulação das Políticas Culturais

Pesquisadora: Mariella Pitombo Vieira (Salvador/BA)

Titulação: doutorado

Orientador: professor Edson Silva de Farias

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Resumo: as redes internacionais de conhecimento vêm ocupando, nas últimas décadas, um espaço significativo na arquitetura institucional contemporânea. Compostas por uma diversidade de agentes sociopolíticos (ONGs, universidades, organismos internacionais de fomento, *think tanks*), essas instituições vêm se transformando em arenas de discussão por excelência, formuladoras de princípios e normas, que acabam regulando práticas e saberes e contribuindo para o delineamento de políticas no âmbito dos Estados nacionais. A pesquisa parte do pressuposto de que princípios e valores que norteiam a formulação de políticas para a cultura são compartilhados de forma consensual pelos mais diferentes atores sociopolíticos, contribuindo assim para a reprodução de determinadas idéias e conceitos, bem como para a modelação de práticas nas mais variadas esferas sociais.

O objetivo desta pesquisa é, então, buscar compreender de que

modo tais conceitos são tecidos nesses fóruns internacionais e a maneira como reverberam na formulação das políticas culturais em âmbito nacional. Para viabilizar empiricamente a pesquisa, pretende-se realizar uma etnografia da Unesco e do Ministério da Cultura do Brasil com a finalidade coletar subsídios e confrontar informações que corroborem ou não as hipóteses levantadas pela proposta de estudo.

A Cultura do Interior Fluminense, Avanços e Tensões: Casimiro de Abreu e São Gonçalo – 1985 a 2005

Pesquisadora: Cleisemery Campos da Costa (Rio de Janeiro/RJ)

Titulação: mestrado

Orientadora: professora Mary Del Priore

Universidade Salgado de Oliveira (Universo) – Campus Niterói

Resumo: o objetivo desta pesquisa é avaliar a participação do poder público na elaboração de políticas de cultura no interior fluminense, em especial nas cidades de Casimiro de Abreu e São Gonçalo. Pretende-se inventariar as ações no campo da cultura desenvolvidas no período proposto (1985 a 2005), estabelecendo um quadro comparativo de avanços e retrocessos, no que diz respeito a legislação, políticas públicas e outras formas de institucionalização. Finalmente, propor novos encaminhamentos da pauta cultural, por meio da elaboração de instrumentos de sustentabilidade para os organismos de gestão municipal.

Mangue: a Lama, a Parabólica e a Rede

Pesquisadora: Rejane Calazans (Rio de Janeiro/RJ)

Titulação: doutorado

Orientadora: professora Silvana Gonçalves de Paula

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Resumo: este projeto tem como objeto de estudo a cena cultural recifense, desde a criação da cena mangue, no início da década de 1990, até os dias de hoje. Um de seus principais objetivos é investigar a formação de uma cena cultural independente, especialmente no âmbito musical. Para efeito desta pesquisa, o conceito de cena abarca uma série de dimensões e contempla desde a estética de um determinado grupo de artistas até sua relação com o poder público, com os fãs, com a imprensa, com os espaços públicos ou privados onde apresenta suas obras etc. Pretende-se, na pesquisa, abarcar as diversas dimensões dessa cena, sua inovação estética, as formas de produção e divulgação, as políticas culturais, a formação de um circuito alternativo. Em suma, analisar a construção de uma cena independente e refletir sobre seus avanços e recuos, com o intuito de contribuir para a discussão de novos modelos de produção independente, especialmente no tocante à música.

Políticas Culturais de Uma Nota Só: Doze Anos da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia

Pesquisadora: Taiane Fernandes da Silva (Salvador/BA)

Titulação: mestrado

Orientadora: professora Gisele Marchiori Nussbaumer

Universidade Federal da Bahia (UFBA)/Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade

Resumo: na segunda metade da década de 1990, o governo do estado inaugura oficialmente uma nova estratégia de gestão da cultura na Bahia. O então governador, Paulo Souto, une cultura e turismo numa única secretaria, ação inédita na história da administração pública do país. A Secretaria da Cultura e Turismo (SCT) inaugura um período de reconhecimento da cultura como fato econômico no estado, que perdura por 12 anos (1995 a 2006), em três gestões do mesmo partido político (Partido da Frente Liberal – PFL), sob o comando exclusivo de um único secretário, Paulo Gaudenzi. A diversidade cultural e os recursos naturais e turísticos da Bahia passam a ser reconhecidos como vocações do estado, a ser explorados como instrumentos prioritários para o crescimento do setor terciário da economia. A baianidade, enquanto singularidade identitária, é adotada e incentivada como um capital simbólico a ser difundido e consumido não apenas em nível local e nacional, mas, sobretudo, por um mercado turístico internacional. Assim, esta pesquisa se propõe a mapear, descrever e analisar as políticas culturais desenvolvidas durante os 12 anos de existência da SCT, identificando os principais impactos da sua atuação no cenário cultural baiano.

Carteira Pesquisa Concluída

Estado e Cinema no Brasil

Pesquisadora: Anita Simis (São Paulo/SP)

Titulação: doutorado (ano de defesa: 1993)

Orientador: professor Oliveiros S. Ferreira

Universidade de São Paulo (USP)

Resumo: esta pesquisa identifica as razões que impediram o florescimento de uma produção cinematográfica nacional estável e permanente antes de 1966. A tese é uma crítica a várias interpretações: desde a análise que aponta o maquiavelismo imperialista até a omissão do Estado em relação a essa manifestação cultural. Por meio da legislação promulgada no período compreendido entre 1932 e 1966, este projeto privilegia o aspecto político institucional, procurando demonstrar a existência de dois momentos distintos nas relações entre o Estado e o cinema no Brasil. Se no período autoritário o Estado, incorporando propostas que vinham se delineando desde os anos 1920, formulou um projeto para o cinema, no período seguinte, a disputa entre produtores, distribuidores e exibidores impediu que os agentes envolvidos com a defesa do cinema nacional se organizassem em torno de um projeto alternativo de desenvolvimento. Cinema e ação cultural educativa e formativa, cinema e propaganda oficial conjugados com a experiência cinematográfica desenvolvida desde o século passado formam a primeira parte da tese. Na segunda, a discussão entre as propostas para a constituição de um Conselho Nacional de Cinema e depois um Instituto Nacional de Cinema, intercalada com a crise das tentativas de industrialização no início da década de 1950, compõe um panorama da trama que culmina com a criação do Instituto.

Romance de Formação: a Funarte e a Política Cultural 1976-1990

Pesquisadora: Isaura Botelho (São Paulo/SP)

Titulação: doutorado (ano de defesa: 1996)

Orientador: professor Teixeira Coelho

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP)

Resumo: a tese apresenta uma análise da política cultural do governo federal dos anos 1970 aos 1990, tendo como foco a criação e consolidação da Fundação Nacional de Arte e as transformações de sua política e de sua gestão, advindas da criação do Ministério da Cultura em 1985, tendo como pano de fundo o processo de redemocratização do país. Isaura Botelho mostra como a trajetória da Funarte é exemplar de uma das questões mais presentes na discussão sobre políticas culturais no Brasil: a rivalidade entre os defensores das políticas de preservação do patrimônio e aqueles dispostos a bancar projetos inovadores de criação artística nos diversos setores de produção dependentes de subsídios públicos e privados.

Políticas Públicas para a Cultura na Cidade de São Paulo: a Secretaria Municipal de Cultura – Teoria e Prática

Pesquisadora: Luzia Aparecida Ferreira (São Paulo/SP)

Titulação: doutorado (ano de defesa: 2006)

Orientadora: professora Dilma de Melo Silva

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP)

Resumo: o trabalho de Luzia Ferreira pretende deter-se na análise da gestão cultural implementada pela Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo (SMCSP), no período de 1989 a 1992. Tem, entre seus objetivos, o de analisar o Projeto Cidadania Cultural proposto pela então secretária Marilena Chauí e identificar as diretrizes de sua política pública para a cultura. Esse projeto pretendia criar mecanismos de auto-organização dos cidadãos paulistanos, para que fossem partícipes do fazer cultural. Constatou-se que, embora a cidade de São Paulo tenha sido transformada em um “laboratório de experiências culturais” do Partido dos Trabalhadores (PT), com a intenção de substituir o “clientelismo pluralista” pelo “participacionismo popular”, tal objetivo não foi alcançado. Luzia afirma que um projeto de política pública para a cultura passa necessariamente pela educação cultural das pessoas e deve ser pensado pelo conjunto social como um todo (população, servidores, partidos políticos), de forma que estes passem a ter o entendimento de que o acesso aos bens culturais possibilita um verdadeiro avanço social.

Participação, Política Cultural e Revitalização Urbana nos Subúrbios Cariocas: o Caso das Lonas Culturais

Pesquisadora: Márcia de Noronha Santos Ferran (Rio de Janeiro/RJ)

Titulação: mestrado (ano de defesa: 2000)

Orientadoras: professoras Paola Berenstein Jacques e Lílian Fessler Vaz

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Programa de Pós-Graduação em Urbanismo

Resumo: esta dissertação tem como objeto o Projeto Lonas Culturais, inserindo-o no contexto de democratização da cultura e de práticas participativas de decisões sobre o espaço periférico da cidade do

Rio de Janeiro. Ele é fruto de uma parceria entre organizações não-governamentais (ONGs) locais e a Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro que, desde 1993, por meio da construção de equipamentos culturais polivalentes com inspiração circense, vem inserindo bairros periféricos, carentes e estigmatizados, desconectados do eixo valorizado, no roteiro de cultura e lazer da cidade e revitalizando as praças onde se instalam, anteriormente subutilizadas. Tanto ou mais importante do que esses efeitos urbanísticos, o Projeto tem logrado instaurar um novo sentimento de “auto-estima” nos moradores dos subúrbios envolvidos, valorizando um “pertencimento” ao local, resgatando identidades e culturas suburbanas. Ao congregar efeitos espaciais e sociais, as Lonas Culturais se colocam como deflagradoras de processos não planejados de revitalização urbana. Este trabalho destaca a relação entre políticas urbanas e políticas culturais, por meio de métodos de análise dos campos urbanístico-espacial e sociocultural que evidenciam o modo como a participação popular se rebate tanto na programação cultural quanto no projeto arquitetônico e urbanístico no caso específico das lonas culturais.

O Cinema da Retomada: Estado e Cinema no Brasil da Dissolução da Embrafilme à Criação da Ancine

Pesquisadora: Melina Izar Marson (Sorocaba/SP)

Titulação: mestrado (ano de defesa: 2006)

Orientador: professor José Mário Ortiz Ramos

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp)/Departamento de Sociologia

Resumo: esta dissertação apresenta uma análise das relações entre cinema e Estado no Brasil nos anos 1990 a 2002, período que corresponde à elaboração e à institucionalização de uma nova política cinematográfica. A produção cinematográfica no Brasil enfrentou uma grave crise no início dos anos 1990, após a extinção dos órgãos estatais financiadores e fiscalizadores (Embrafilme e Concine). Devido à implantação de medidas de renúncia fiscal, que se traduziram num significativo aumento da produção de filmes, o cinema brasileiro “retomou o fôlego” e passou a ser conhecido como o cinema da retomada. Por meio das movimentações internas do campo cinematográfico e de seu constante diálogo com o Estado, essas medidas foram aperfeiçoadas e incorporadas a um novo órgão estatal, a Agência Nacional de Cinema (Ancine), criada em 2001 e efetivada em 2002. Por meio de análises dos discursos elaborados por representantes do campo cinematográfico e da documentação oficial, este trabalho aborda o cinema da retomada como resultado da nova concepção de política cinematográfica e de novas configurações e jogos de poder dentro do campo cinematográfico, percebidas em uma nova forma de fazer cinema no Brasil.

Comissão julgadora

Professora doutora Cristina Amélia Pereira de Carvalho (Universidade Federal de Pernambuco)

Professor doutor Enrique Saravia (Fundação Getúlio Vargas/RJ)

Professor doutor Teixeira Coelho (Universidade de São Paulo)

O USO DE INDICADORES EM PESQUISA NO SETOR CULTURAL: O SALTO DA ESTATÍSTICA PARA A DESCONSTRUÇÃO DO DISCURSO

Cristina Pou Satorre¹

*"A estatística é uma ciência que demonstra que se o meu vizinho tem dois carros e eu não tenho nenhum, nós dois temos um."
(Bernard Shaw, prêmio Nobel de Literatura em 1925)*

Os indicadores podem ser considerados ferramentas que nos permitem nos aproximar da descrição da realidade da experiência cultural de maneira objetiva e que facilitam seu reconhecimento concreto, gerando um *corpus* de conhecimento teórico, científico e contrastável. Como instrumento, a vantagem que oferecem é que, aparentemente, evitam dois perigos comuns em pesquisa, que são: a imprecisão e a ambigüidade. Poderíamos dizer que contar com indicadores nos garante precisão e concreção na pesquisa e que estes podem, de maneira direta, alimentar a gestão cultural com informação, permitindo ainda objetivar a reformulação de políticas ou a correção de hipóteses. Entretanto, os indicadores têm mais de uma função dentro de sua qualidade de ferramenta, já que tendem a promover a legitimação de certos dados em comparação a outros e prometem uma confiabilidade que, aliás, nem sempre é real. A seguir, descreverei como utilizamos os indicadores no Observatori dels Públics [Observatório de Públicos] de Barcelona e mostrarei um exemplo de seu uso para uma gestão cultural pouco interessada em reconhecer e utilizar resultados de pesquisas.

O uso de indicadores em nossas pesquisas cumpre uma função descritiva, valorativa e de reconhecimento, com o objetivo de gerar um diagnóstico inicial da situação na qual se desenvolve a relação da instituição cliente e de seus públicos. Entendemos que o papel dos indicadores é importante na medida em que o pesquisador os utilize como o pentagrama no qual pode inserir uma pesquisa qualitativa que lhe permita subsidiar a melhoria das atividades e procedimentos organizativos do projeto cultural.

¹ Diretora do Observatório de Públicos de Barcelona, na Espanha, e pesquisadora da Universidade Central de Barcelona. Atualmente integra a equipe de estudos Formação, Inovação e Novas Tecnologias da instituição.



imagem: Humberto Pimentel/Itaú Cultural

² A Sociedad General de Autores y Editores é a organização espanhola de defesa dos direitos de autores e editores.

³ Organização estatística da Comissão Europeia que produz dados estatísticos para a União Europeia e promove a harmonização dos métodos estatísticos entre os estados membros.

Nesse sentido, consideramos essencial decidir em consenso com os gestores do cliente as variáveis que interferirão em nossos indicadores. Uma vez obtida a relação, ou as relações, a descrever, enquadra-se o resultado obtido no tipo de indicador e no âmbito de gestão a tratar. Finalmente, apresenta-se uma leitura dos resultados, partindo dos objetivos propostos e da faixa de validade que atribuímos às nossas variáveis. Com esse trabalho final, pretende-se que o indicador já possa ser usado para a análise.

Em nossos estudos de públicos, normalmente é útil, em um estágio inicial de aproximação com a instituição, reunir os indicadores até então desenvolvidos pelo cliente: pesquisas de audiência, malas diretas, orçamentos. Nesse sentido, e no tocante aos públicos, cabe dizer que em raras ocasiões encontramos indicadores que tenham sido coletados de forma permanente, ou ao menos periódica, o que dificulta muito a realização de projeções dos mesmos. Além disso, são poucas as ocasiões nas quais os indicadores são compartilhados entre diversas instituições e, por isso, a comparação geralmente é impossível. No Observatório de Públicos costumamos sanear os sistemas de índices de audiência das instituições para gerar uma base homogênea de contraste. No entanto, verificamos que, mesmo nos órgãos oficiais, não há um consenso sobre os valores cuja coleta é fundamental ou, ao contrário, irrelevante. Os dados que o Instituto de Estatística da Catalunha coleta partem de variáveis diferentes da análise de consumo cultural da Sociedad General de Autores y Editores (SGAE)² e divergem dos valores medidos pelo Eurostat³, por exemplo.

Outras limitações condicionaram até agora o nosso uso de alguns indicadores. A análise dos indicadores que devem avaliar a eficácia e eficiência das propostas culturais deveria, sem dúvida, reconhecer os elementos afetivos da experiência cultural, fornecer todos os elementos econômicos quantificáveis, os dados numéricos e, o que é mais importante, mostrar a experiência dos participantes e dos cidadãos, o que em poucas ocasiões pode ser feito por meio do tratamento estatístico da realidade.

Além disso, e lamentavelmente, verificamos, baseados em nossa prática, o uso de toda essa atividade estatística de obtenção, processamento e análise de dados para justificar formas pouco consistentes de aproximação aos públicos. Consideramos que não tem nenhum sentido a prospecção por meio de índices, se esta pretende calar as críticas e silenciar as partes obscuras da experiência, que se evidenciam em materiais de registro tais como diários de campo, entrevistas abertas ou grupos de discussão. Não esqueçamos a frase de Bernard Shaw, com a qual iniciei este artigo. Os indicadores somente indicam e são

apenas instrumentos. Não por isso devemos menosprezá-los, nem tampouco tê-los como a única lente através da qual pretendemos observar a realidade. O valor da cultura não pode ser expresso somente com estatísticas, já que nela intervêm fatores subjetivos, polaridades imprevistas, reações tremendamente heterogêneas. Já em junho de 2004, Tessa Jowell, a secretária de Estado da Cultura, Mídia e Esportes do Reino Unido, explicava como, além da consecução dos objetivos, seria possível captar o valor da cultura, e como se poderia coletar tudo o que emanava da experiência cultural, apesar de dificilmente quantificável.

Os métodos atuais de avaliação de impacto e de resultados no campo da cultura em contextos como o inglês, no qual a avaliação é uma prática totalmente normalizada (o que não é o caso da Espanha), estão cada vez mais sendo colocados em dúvida. São colocados em xeque tanto em termos de sua utilidade quanto de suas metodologias. John Holden, em sua obra *Capturing Cultural Value*, afirma que o paradoxo é que as coisas que são fáceis de medir passam a ser objetivas, enquanto as que apresentam uma dificuldade especial de quantificação – e esta é a característica principal de boa parte da ação cultural – são ocultadas como algo comprometido e tortuoso. Por outro lado, um recente Relatório da National Museum Directors Conference afirma: “A conferência confirmou que ainda não há uma metodologia confiável para calcular o impacto econômico das instituições culturais”, e aqui estamos falando do impacto econômico que, como já sabem, pelo menos no contexto espanhol, é insignificante perante a necessidade de argumentação da efetividade social das iniciativas.

Finalmente, a analista cultural da universidade de Londres Sara Selwood comentava: “Apesar dos relatórios da pesquisa autorizada pelo Departamento de Cultura, Mídia e Esportes e dos próprios pesquisadores, as deficiências dos dados sobre o setor cultural, inclusive dos dados quantitativos, devem ser consideradas gerais”.

Indicadores: possibilidades e limitações

As dificuldades para a medição por meio de índices são evidentes. Por um lado, as conseqüências da participação cultural são, algumas vezes, remotas demais no tempo e no espaço para ser sintetizadas em uma simples questão de causa e efeito. É realmente possível afirmar, como fizeram Falk e Dierking⁴, que a maioria de não-públicos de museus se deve a uma má experiência com a escola? Por outro lado, a geração do compromisso cultural faz parte de uma complexa combinação de fatores, que não implicam somente o fato cultural. Os sistemas de recopilação de dados não

⁴ John Falk e Lynn Dierking, pesquisadores americanos que desenvolveram modelos de aprendizagem e de avaliação da experiência de visitantes de museus. Além do título citado na bibliografia deste artigo, são autores de *The museum experience*. Washington: Whalesback Books, 1992.

têm como medir coisas que não ocorrem (se, por exemplo, alguém se salva do suicídio por ouvir uma peça musical, é um efeito que não pode ser contado). Finalmente, encontramos a dificuldade de que as respostas à cultura são pessoais e individuais, e do mesmo modo que algumas pessoas são radicalmente transformadas por iniciativas culturais, outras podem ficar indiferentes, embora ambas sejam igualmente contabilizadas como visitantes ou espectadores.

No Observatório de Públicos, como dizia, nós utilizamos os indicadores para responder a perguntas simples, entre aspas. Nossos estudos são tecidos sobre uma estrutura baseada em índices, sobre os quais construímos a descrição da experiência de consumo cultural, por meio da prospecção da voz das audiências. Essas vias nos permitem, juntamente com a avaliação da consecução dos objetivos institucionais, informar à gestão das instituições o resultado de seus esforços. Ao nos referirmos a perguntas “fáceis”, consideramos como aspectos relacionados, por exemplo, em um museu, as exposições e as coleções: o balanço da exposição temporária/permanente indica a mobilidade dos conteúdos do museu. Avaliamos, por meio de índices, os resultados de manutenção da exposição, contrastando aqueles elementos que realmente funcionam com o total de elementos interativos. Nessa aproximação com a instituição, também é útil saber como ela utiliza suas coleções, comparando objetos de coleções exibidos com os objetos totais de coleções, ou então examinar qual é o seu compromisso com a avaliação, contando o número de avaliações realizadas, comparadas com o número total de programas educativos. Também costumamos responder com índices às perguntas sobre o acesso, a admissão e a segurança das instituições. Falamos de acessibilidade geral no tocante ao número de horas que o museu permanece aberto por semana, ou medimos a capacidade de utilização dos equipamentos, calculando os visitantes totais anuais, comparados com a superfície acessível ao público, entre outras soluções.

No entanto, é necessário levar em consideração que os indicadores de eficiência não podem quantificar a missão principal das instituições culturais, nem a qualidade de suas programações. E aqui vêm as perguntas difíceis: é menos eficaz um curso que produz aprendizagem de longo prazo em cinco pessoas do que uma conferência na qual 50 pessoas estão cochilando? Pode-se considerar bem-sucedido o fracasso de audiência de um show que recupera uma arte cênica em processo de extinção?

No Observatório de Públicos, completamos os índices estatísticos com a análise qualitativa da voz dos públicos e, inclusive, chegamos a mostrar reticência perante o uso de alguns índices, por considerá-los pouco indicativos e simplificativos da realidade

institucional. Por exemplo, consideramos absurdo avaliar o compromisso educativo de um museu somente pela comparação entre a folha de pagamento dos trabalhadores do departamento educativo e a folha de pagamento do total da equipe, ou avaliar a acessibilidade do museu para os grupos de baixa renda medindo as horas de gratuidade.

A recusa em ouvir o público

Para terminar, citarei um estudo dos públicos como exemplo de mau uso dos indicadores. A pesquisa foi desenvolvida em um monumento muito emblemático da cidade de Barcelona, um edifício modernista que atualmente está sendo administrado como centro cultural pela obra social de um grande banco. Partindo da análise de indicadores, centramos a pesquisa no estudo das reações do público à oferta institucional, com o objetivo de servir como ferramenta de gestão museológica e também de representar a voz dos receptores do esforço institucional no âmbito da gestão cultural do banco.

Qual não foi a nossa surpresa ao perceber que, além da descrição por índices das audiências, a instituição preferiu não escutar a voz do público, ignorando os demais resultados de nossa investigação.

Os objetivos específicos da pesquisa tinham sido, inicialmente, descrever os públicos por meio da segmentação de audiências, para dessa maneira identificar os públicos reais, potenciais e não-públicos e desenvolver a avaliação da recepção da oferta materializada na visita à exposição permanente e à exposição temporária.

Os resultados da segmentação de audiências foram bem recebidos pelos gestores da instituição. Aceitou-se que os públicos estavam compostos de 11% de visitantes locais (em família ou em casal), 8% dos chamados amantes da arte, 14% de turistas e – este foi o dado doloroso – apenas 1% de escolas. Ficou também estabelecido que o restante dos visitantes era de turistas que dedicavam menos de 20 minutos para visitar a instituição, passando, na maioria das ocasiões, mais tempo na loja do que nas exposições, e perdendo a metade do percurso, na maior parte dos casos, por desorientação.

A prospecção por meio de questionários já indicava que não havia uma noção clara entre os públicos sobre o que era o edifício (se era um museu, um centro cultural, um monumento...). O visitante que freqüentava o edifício sabia de sua existência por meios não controlados pela difusão institucional e, em raras ocasiões, vinculava sua gestão ao banco que investia nela um enorme orçamento.

Por outro lado, demonstrava-se que a difusão das promoções era insuficiente, já que mais de 50% dos visitantes as desconheciam. No tocante aos preços, o visitante do edifício encontrava-se moderadamente satisfeito com o valor pago, opinião que se tornava mais negativa no caso do público local, que considerava que, uma vez que o edifício era um patrimônio da humanidade e tão relevante dentro da história da arquitetura catalã, não deveria estar em mãos privadas.

A relação desses públicos com as exposições apresentou um grande número de problemas, indicados em um relatório parcial de resultados, que a instituição relutou em considerar, acabando por abortar a última fase da pesquisa, justamente a que previa grupos de discussão para tratar esses problemas a fundo.

Referências bibliográficas

JOWELL, Tessa. Valuing culture. Speech to Business Sport Conference, 9 jun. 2003.

HOLDEN, John. *Capturing cultural value*. London: Demos, 2004.

SELWOOD, Sara. *Cultural trends*. London: City University of London, 2007.

FALK, J.; DIERKING, E. *Learning from museums: visitors experiences and the making of meaning*. American Association for State and Local History Book Series, Wash, 2000.

INDICADORES CULTURAIS: PARA USAR SEM MEDO

José Carlos Durand¹

É muito louvável a iniciativa do Ministério da Cultura (MinC), junto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de desenvolver, desde 2004, um rol de indicadores culturais para o Brasil. Com base neles, fica-se sabendo mais acerca do dispêndio familiar e dos equipamentos culturais domiciliares, dos gastos de prefeituras, estados e União em cultura, entre outras tantas informações quantitativas de fonte governamental, empresarial, associativa e doméstica. Eles mostrarão melhor seu poder descritivo (e, a partir daí, explicativo) no futuro, quando comparações temporais forem possíveis. Assim acontece em países avançados e assim também será no Brasil. Aliás, nossos indicadores obedecem a convenções internacionais, viabilizando comparações entre países.

Os especialistas estrangeiros, que vêm sendo convidados ao país nos últimos três ou quatro anos, são unânimes em encorajar a entrada do Brasil no círculo das nações em que se pesquisa sistematicamente nessa esfera. Eles também são os primeiros a tranquilizar que a simples existência e análise de indicadores não encerra nenhuma ameaça à expressão artística e à gestão cultural. Mesmo porque os artistas não costumam ligar para números e a administração pública os usa em geral com mais moderação do que os pesquisadores gostariam.

¹ Sociólogo da cultura pela USP, com pós-doutorado em Paris (EHESS) e Nova York (NYU). Professor titular aposentado da FGV/SP. Pesquisador associado ao Grupo Focus, da Unicamp.



imagem: Tiago Velleca/Itaú Cultural

No caso do Brasil, os indicadores começam a ser sistematizados mediante a compilação e combinação de dados provenientes de vários levantamentos (recenseamentos demográficos e econômicos, pesquisas de orçamento domiciliar etc.). Quando esse trabalho estiver mais avançado, será possível construir um cenário um pouco mais fidedigno acerca da produção, financiamento, circulação e desfrute da cultura. Com essa moldura, pesquisas com focos mais dirigidos (por exemplo, acerca de livro e literatura, música e disco, patrimônio e turismo etc.) poderão ser feitas com mais segurança. Hipóteses mais precisas poderão ser formuladas nas centenas de estudos que lidam com as artes e que todo ano se fazem nas universidades nos âmbitos da história, da economia, da estética, da sociologia, da administração, das comunicações etc.

Mas, mais importante que seu uso em pesquisas, em si e por si, será sua utilidade como insumo para um melhor desenho, acompanhamento e avaliação de projetos e programas de governo na área. Assim como de ONGs e corporações privadas.

Louvável também a disposição recente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de criar uma linha de empréstimos ao setor, alertando para as cadeias ou arranjos produtivos que precisam ser fomentados, ou mesmo “reinventados” (caso da música e do disco, cadeia devastada pela concorrência de novos suportes e pela pirataria). Para ser mais bem pensada nessa vertente econômica, dados numéricos confiáveis também são matéria-prima preciosa.

Em vista disso, imagina-se que o circuito composto de gestores culturais, artistas e demais grupos que acompanham a vida artística do país esteja festejando tal progresso. Será?

Doce ilusão. Há uma trava que dificulta o entendimento do que sejam e a boa acolhida que se precisa dar aos indicadores, e que anuvia as discussões. Acontece que estatísticas lembram economia, economia lembra lucro econômico, lucro econômico lembra interesse – palavra malquista no meio artístico erudito, onde é vista e sentida como ameaça à autonomia de criação, caminho inelutável para a massificação das artes. Ou então lembram burocracia e controle estatal, também preocupantes, pois, afinal, o século XX não conheceu detestáveis surtos de totalitarismo e censura?

Quando essas nuvens toldam as mentes, as resistências emergem. Uns dão de ombros, até sem saber por que, outros citam críticos e tradições culturais ainda fortes nos meios acadêmicos, para os quais a noção de interesse (qualquer que seja ele) não deve ter lugar nesse

domínio. Há os que lembram que não existem estatísticas neutras, mas que elas supõem sempre intenções políticas a conhecer (e, de preferência, a combater). Há os que sustentam a transcendência da obra e seu primado sobre seu próprio criador, sobre o poder político e a burocracia, e sobre o desejo de lucro. O terreno fica minado por uma desconfiança de princípio de tudo o que lembre troca mercantil. A propósito, é saborosa a expressão de certo cineasta francês que dizia recusar recursos privados, alegando que só trabalhava com dinheiro “lavado pela República”: ou seja, o dos cofres de governo, pois o restante seria dinheiro “sujo”.

Há que se reconhecer que as pessoas em geral sensíveis a sons, palavras, imagens, movimentos, gestos e cores, que povoam o mundo das artes, não são as que mais vibram diante de uma tabela numérica. Até aí tudo bem, faz parte da vida e da distribuição natural e social das predisposições perceptivas e intelectuais, e é de todo recomendável que gente com tais sensibilidades variadas tenha posição de realce nas discussões e nas decisões da área. Mas imaginar que o simples cuidado com a mensuração de fluxos (de pessoas, de espaços, de equipamento, de dinheiro, de manifestações e eventos) possa encerrar algo de diabólico não é atitude tolerável entre adultos. Imaginar que a economia da cultura possa reduzir-se a estratégias mercadológicas e incentivos fiscais é outro disparate nada raro. Parece não ocorrer à maioria, nessas horas, que a mais centralizadora e estatal gestão da cultura precisa tanto de indicadores confiáveis quanto a mais liberal e privatista delas. Uma coisa não implica a outra.

Arte e entretenimento

O que é arte e o que é entretenimento? Levando-se essa distinção demasiado a sério – e não são poucos os que o fazem –, até que ponto as estatísticas culturais vão se preocupar ou não com o tempo que as pessoas consomem vendo telenovela, ou qualquer outro produto da ficção televisiva ou cinematográfica considerado de massa? De um ponto de vista mais rigoroso, não se pode entender hábitos culturais se não se indaga tudo o que as pessoas fazem em seu tempo livre, mesmo que se trate de práticas negativamente avaliadas por gente cultivada. Em outras palavras, a atenção com indicadores quantitativos ajudará certamente a desenvolver, entre técnicos e dirigentes culturais, um olhar para a cultura de massa, e não apenas para a erudita (que sempre foi sua praia e de onde muitos deles são nativos) e para a popular (hoje em dia celebrada como símbolo de autenticidade e de pluralismo de valores). Um olhar, enfim, que ao menos leve em conta a cultura de massa e a pense relacionalmente ao erudito e ao popular, como manda a

teoria. A propósito, é impressionante a carga depreciativa com que muito dirigente ou técnico de cultura se refere, por exemplo, à ficção televisiva, ignorando qualidades narrativas, inovações cênicas e mesmo o caráter interativo da telenovela brasileira. São virtudes que se podem constatar nos estudos que a olham sem preconceito, etnograficamente.

Nem tudo o que é importante é mensurável, nem tudo o que é mensurável é importante. Esse truísmo deve alertar para o que de fato está em jogo quando se fala em indicadores culturais. Eles precisam ser construídos com rigor e ser abrangentes e confiáveis. Até que ponto as informações fornecidas por uma dada prefeitura são atuais e corretas, ou, ao contrário, defasadas? Por falar em municípios, lembre-se que o MinC é um dos ministérios mais distantes do contato direto com a realidade local, pois que quase se reduz, desde sempre, a um punhado de instituições sediadas no Rio de Janeiro e em Brasília (e obviamente às cidades importantes do Patrimônio Histórico), com raras iniciativas geograficamente mais amplas e nenhuma minimamente capilar.

Distanciamento similar isola as gestões estaduais de cultura da grande maioria de suas municipalidades, que, mesmo vizinhas, ignoram em geral o que cada uma faz.

Em um universo assim de tão escassas iniciativas conjuntas, e de tão pobre experiência de colaboração entre instâncias de governo, sinais de mudança aparecem felizmente. O Programa Cultura Viva é o melhor exemplo no apoio descomplicado que oferece a artistas e a grupos informais, em geral de classe popular, em regiões empobrecidas ou zonas de risco.

Alguns governos estaduais hoje se orgulham de projetos que disseminam apoios e estabelecem ligação com dezenas ou centenas de municípios, assim como algumas prefeituras mais ágeis já construíram redes de fomento cultural com boa cobertura de seu território e de sua população. Isso tudo pode parecer elementar, mas é algo que apenas está começando no Brasil. Para seu reforço, indicadores são importantes, e é pelo alcance de públicos mais amplos e mais carentes que se fará o vínculo entre a política cultural e outras políticas sociais que com ela se relacionam, como a de educação. Tal evidência já foi felizmente constatada por políticos e dirigentes ligados a diferentes partidos políticos, mas engajados em aumentar a eficiência da gestão cultural.

E aí se toca em outro ponto que está assustando os eruditos inquietos com as novas justificativas da ação cultural de governo. Os discursos acerca de política cultural no Brasil hoje estão em consonância com

o que pregam a Unesco e outras agências internacionais. São fontes que salientam que a cultura tem contribuição a dar em matéria de geração de emprego, distribuição de renda, reforço educacional, eficácia terapêutica (física e mental, para crianças, moços e velhos), combate ao racismo, regeneração do meio ambiente e o que mais seja. Creio que é quando alguma exigência “externa” dessa natureza está em jogo que o monitoramento de projetos culturais tende a ser uma realidade.

Mas, será que alguém pode ver aí uma ameaça, qualquer que seja ela, para a liberdade de criação artística ou para a qualidade do que se oferece? Estará aí alguma restrição potencial ao desfrute? Será que a cidadela erudita é assim tão frágil?

A resposta é não. No presente patamar de industrialização e de abertura a mercados internacionais, o consumo material que as classes com médio ou alto poder aquisitivo podem ter no Brasil é imenso. O mesmo pode ser dito das alternativas de filmes, livros, espetáculos, exposições etc. nas metrópoles e nas grandes cidades, como se constata pelos guias de programação publicados pelos principais jornais e revistas.

Acredito que indicadores culturais interessam mais imediatamente a três grupos dentro do circuito especializado. Primeiro, os estatísticos e técnicos envolvidos na sua construção e divulgação; segundo, os pesquisadores acadêmicos cujas teorias reclamam a existência e o uso desses indicadores; e, terceiro, os gestores culturais empenhados em que seus projetos não morram no esquecimento ao final de cada mandato.

A descontinuidade político-administrativa: eis aí um risco real, que uma melhora na gestão cultural ajuda a minorar. Acompanhamento e avaliação pública de projetos governamentais são práticas a ser fomentadas com urgência e vigor na área cultural.

O espaço da cultura erudita opera através de sutis mecanismos de exclusão, por meio dos quais reafirma seu caráter “de elite”. Conhecer como eles produzem tais efeitos de “exclusividade” e atravancam o desenho de políticas mais democráticas para a cultura é uma pré-condição para dar à produção de indicadores culturais a relevância que merece. Em suma: indicadores são ingredientes indispensáveis, para usar sem medo!

INDICADORES CULTURAIS – REFLEXÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO BRASILEIRO

Rosimeri Carvalho da Silva¹

A questão da cultura foi definitivamente trazida à tona por diversos organismos nacionais e internacionais. Proliferam encontros, congressos e workshops acerca das questões culturais e, notadamente, relacionados aos indicadores culturais. Repentinamente todos querem medir a cultura, suas conseqüências, seus impactos, seu nível etc. Surpreendente? Não, se considerarmos essa “onda” aparente de novidade no contexto da mercantilização das atividades que vem acontecendo no chamado mundo globalizado. Como já disse, há algum tempo, Ramos (1981), o mercado na modernidade invade todos os aspectos da atividade humana associada. E, como sublinhou Jameson (1996), a cultura parece ser o último espaço conquistado pelo mercado.

Pode-se então supor que esse grande interesse que mobiliza tantas instituições tem em comum a percepção de que cultura e economia (economia econômica, Bourdieu, 1996) têm fortes inter-relações, decorrendo disso a necessidade de quantificá-la, uma vez que tudo o que entra no mercado deve ser comparável. Ou seja, parece-me que a grande atenção que vem merecendo a construção de estatísticas e indicadores culturais decorre, sobretudo, da percepção de que esta se configura como um novo “nicho” a ser explorado em relações mercantis. No rastro desse interesse vem se desenvolvendo já há algum tempo um esforço

¹ Vice-coordenadora do programa de pós-graduação em administração da Universidade Federal de Santa Catarina, coordenadora do Observatório da Realidade Organizacional.

de produção de estatísticas a respeito da cultura. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) desenvolveu alguns relatórios. Nesse sentido, países como o Canadá e a Inglaterra contam com sistemas razoavelmente sofisticados de bases de dados, assim como a Austrália, sem falar na França, que tem uma grande experiência. Na América Latina, apesar das evidentes dificuldades, muitas ações vêm sendo desenvolvidas. Além das também cada vez mais freqüentes reuniões para discussão, alguns países já tornaram públicos alguns dados a respeito da cultura, notadamente México, Argentina e Brasil.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), primeiramente baseado nas informações disponíveis nas suas diversas bases de dados (sistemática também utilizada pela Austrália), tentou reorganizá-las a fim de proporcionar um panorama da cultura. Essa tentativa não ocorreu sem dificuldades no que diz respeito ao nível de agregação das informações e, também, às variáveis consideradas. Mais recentemente, por meio de um suplemento de cultura inserido no questionário da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), o Instituto conseguiu sistematizar estatísticas mais diretamente relacionadas à cultura, as quais são organizadas segundo variáveis previamente estabelecidas por seus especialistas (sistemática utilizada no Canadá²).

Não há dúvidas de que as informações quantitativas sobre a cultura são importantes para diversas decisões, ações e avaliações que os diferentes grupos da sociedade tenham interesse em realizar. Como pesquisadora da área, já há algum tempo sentia falta de dados que permitissem análises mais sistemáticas do campo da cultura, o que é bastante difícil sem sistemas suficientemente desenvolvidos. Assim como a pesquisa, a construção de políticas culturais ganha com o desenvolvimento de estatísticas confiáveis e que proporcionem bases de avaliação das ações do Estado e dos governos. Os diferentes grupos da sociedade civil, movimentos sociais, organizações profissionais etc. também podem construir suas ações, críticas e reivindicações com base nesses sistemas.

Há, no entanto, que se discutir as implicações e os fundamentos que guiarão a construção dos indicadores culturais. Neste texto, com base na análise das experiências de outros países e nas pesquisas realizadas pelo Observatório da Realidade Organizacional, grupo de pesquisa que integro, pretendo discutir as questões que me parecem mais prementes no que diz respeito à construção de indicadores culturais, bem como indicar alguns problemas que me parecem demandar especial atenção nesse processo de construção considerando a realidade brasileira.



imagem: Humberto Pimentel/itaú Cultural

² As sistemáticas do Canadá e da Austrália são discutidas por Poirier, 2003.

Por que discutir e construir indicadores?

A produção de estatísticas e o registro de dados não são realizados sem um propósito, ainda que o propósito real e o formal possam ser muito distintos ou que o propósito seja pouco claro e explícito. A introdução deste texto deve ter deixado suficientemente claro que minha perspectiva a respeito do interesse que grupos e organizações têm demonstrado pela construção de indicadores culturais é a de que há um interesse crescente com os aspectos mercantis da cultura. Ou seja, a atenção recente sobre a cultura está mais especificamente relacionada à economia da cultura. Considerando as conseqüências que uma visão puramente econômica pode acarretar aos diversos aspectos da vida humana associada, como têm evidenciado diversos pesquisadores no Brasil, parece-me importante levantar algumas questões que auxiliem a ampliar o debate. A primeira delas diz respeito ao conceito de cultura que fundamenta ou que pode fundamentar a construção de indicadores. Mancebo (1999) destaca a freqüente compreensão que se tem do termo e a necessária ampliação que a aproxime de uma visão mais antropológica:

Se as atividades culturais têm um efeito econômico real, sob a forma de empregos ou em termos de renda, convém não esquecer, para compreender e avaliar seus efeitos, de considerar todas as suas dimensões: segundo um tal ponto de vista, parece difícil limitar a cultura a um simples “bem”. Logo é necessário considerar, em toda a avaliação, o papel da ação cultural na gênese e manutenção das estruturas sociais. Isto aparece claramente se não esquecermos que a cultura não é somente as artes e as letras, mas também os modos de vida e os valores. (Mancebo, 1999, p. 4)

Se cultura for tomada em um sentido restrito³, a atenção será voltada àquilo que Adorno já chamou de indústria cultural. Nesse caso serão consideradas atividades tais como a música e o cinema, por exemplo. Ou seja, cultura aqui tem um sentido que se restringe à arte.

Sahlins, renomado antropólogo, é citado em relatório da Unesco (1995) destacando as confusões existentes com relação à compreensão do que é cultura e chama atenção para um segundo conceito igualmente importante quando se trata de indicadores culturais:

Uma grande confusão acontece tanto no discurso acadêmico quanto político quando não se distingue cultura no sentido humanístico do seu sentido antropológico, notadamente cultura como o modo de vida total e distintivo de um povo ou sociedade. Deste último ponto de vista não faz sentido falar da “relação entre cultura e economia”, uma vez que a economia é parte da cultura de um povo...

Nas ambigüidades dessa frase reside a grande questão ideológica confrontada pela Comissão: a “cultura” é um aspecto ou um meio do “desenvolvimento”, o último entendido como progresso material; ou a “cultura” é o fim e o objetivo do “desenvolvimento”, sendo o último entendido como o florescimento da existência humana em suas diversas formas e como um todo?⁴

Em uma visão do conceito a cultura é instrumentalizada, transforma-se em um meio para o alcance do desenvolvimento econômico e, dessa forma, é envolvida pela lógica do mercado que a subordina. O relatório da Unesco ratifica a importância de expandir essa compreensão:

De um ponto de vista, desenvolvimento é um processo de crescimento econômico, uma rápida e sustentada expansão da produção, da produtividade e da renda per capita (algumas vezes qualificada com insistência pela ampla distribuição dos benefícios deste crescimento). De acordo com o outro, adotado pelo Relatório Anual de Desenvolvimento Humano da UNDP⁵ e por muitos distintos economistas, o desenvolvimento é visto como um processo que aumenta a liberdade efetiva das pessoas envolvidas em perseguir o que quer que elas tenham razão para valorizar. Esta visão do desenvolvimento humano (em contraste com o estrito desenvolvimento econômico) é uma visão culturalmente condicionada do progresso econômico e social. Pobreza de vida, nesta visão, implica não somente a falta de bens e serviços essenciais, mas também uma falta de oportunidades para escolher uma existência mais completa, valorosa e valiosa (Unesco, 1995).

Defrontamos-nos com dois problemas importantes frente a essas duas, entre muitas, formas de considerar os conceitos de cultura e desenvolvimento que podem embasar a construção de estatísticas e indicadores culturais. Por um lado, se tomamos a cultura como arte e o desenvolvimento em seu aspecto estritamente econômico, corremos o risco não só de vermos somente uma parte do fenômeno, mas de influenciá-lo, já que o que medimos influencia o objeto medido, de modo que leva as instituições a só considerarem aquilo que é mensurável na cultura. Como afirma Schuster (2002), “deve-se considerar que os indicadores e as estatísticas não são neutros, dependem do contexto no qual são construídos e dos objetivos aos quais servem. Além disso, o simples fato de medir pode influenciar o que está sendo medido”.

Além disso, deixamos de perceber – e as críticas ao Produto Interno Bruto (PIB) deveriam nos colocar em alerta quanto a isso – os impactos negativos que o privilégio dado aos aspectos econômicos pode acarretar, e acarreta, sem dúvida, às culturas dos povos. Por outro lado, temos um conceito de cultura de tal forma amplo que

³Estou desconsiderando aqui todas as abordagens que tomam o discurso oficial como dado e consideram, por exemplo: “A discussão da produção e da gestão cultural no âmbito de um mundo globalizado levanta ainda outra característica fundamental da cultura: a diversidade. Não é mais possível considerar qualquer questão de interesse nacional e internacional senão em termos de globalização, considerada aqui não apenas a mundialização do capital, mas também um processo de natureza histórico-cultural que torna as fronteiras tradicionais porosas, que gera novas práticas e relações entre as comunidades. Até mesmo os direitos dos cidadãos, que incluem os direitos culturais, tendem a se transformar em grandes causas comuns da humanidade, sendo que a cultura passa a ser um dos principais instrumentos de definição, particularização e mobilização das comunidades.” (Equipe Técnica do Guia, 2001). Os autores tomam a aparência e o discurso da mídia e dos grupos hegemônicos sem nenhuma perspectiva crítica e deixam de considerar que, por exemplo, as fronteiras nunca estiveram tão fechadas, só se encontrando poros para os movimentos de capitais. Além disso, cometem o deslize de não perceber que a cultura sempre foi o elemento central de definição das comunidades, de construção de suas identidades, não podendo, portanto, “passar a ser” agora.

⁴ Todas as citações em língua estrangeira foram traduzidas por mim.

⁵ Sigla em inglês para o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (Pnud).

impossibilita a construção de qualquer base de dados, bem como a própria delimitação do que deve ser foco das políticas culturais, logo, de nosso interesse pelo tema. O que me parece importante, ou mais importante, é não perder do horizonte jamais a perspectiva de que tanto a cultura quanto o desenvolvimento não se restringem aos aspectos econômicos e que a cultura não pode se subordinar aos auspícios de desenvolvimento econômico, sob o risco de sucumbir. Uma das possibilidades de lidar com o fato de que a maioria dos aspectos que podemos medir é de ordem econômica, mas que precisamos considerar a cultura de modo amplo, reside na construção de uma infra-estrutura adequada para as análises oriundas das informações estatísticas geradas. Abordarei esse aspecto ao final do texto.

Apesar de estar se tornando um lugar-comum nas discussões em torno da construção de indicadores culturais, a própria OCDE⁶ dá um papel de destaque à discussão do conceito de cultura logo no início do relatório final do workshop de 2006:

A expressão criativa é certamente uma parte da cultura, mas cultura pode também ser vista sob uma luz mais holística. Talvez uma das definições mais sucintas de cultura neste sentido venha da antropóloga Ruth Benedict: “Cultura é aprendida como uma criança, e como crianças cada um de nós aprendeu daqueles que estão a nossa volta um conjunto particular de regras, crenças, prioridades e expectativas que modelam nosso mundo em um todo compreensivo. Isto é cultura”. O autor canadense D. Paul Schafer também toma este ponto de vista holístico em seu modelo cultural de desenvolvimento. Essencialmente, seu modelo pode ser descrito como um círculo com oito segmentos inter-relacionados: cultura social, cultura artística, cultura tecnológica, cultura científica, cultura política, cultura religiosa, cultura educacional e cultura econômica. Todos os segmentos têm uma relação com cada outro, com o conjunto e com o ambiente natural, histórico e global. (OCDE, 2006)

No entanto, dois parágrafos mais tarde o relatório determina o seu foco nas artes em função do objetivo do projeto ser essencialmente lidar com medidas⁷. O relatório discute em duas páginas a questão dos indicadores sociais e retoma as considerações da Unesco sobre a diversidade cultural que levantam outra importante questão. A cultura compreendida como arte habitualmente refere-se ao que se convencionou chamar de alta cultura, ou seja, os aspectos que refletem o estilo de vida, os gostos, o *habitus* de uma parcela da sociedade, e a Convenção da Unesco chama atenção para a necessidade de proteger a diversidade cultural.

⁶ A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional e intergovernamental, com sede em Paris, que agrupa os países mais industrializados da economia de mercado.

⁷ Essa habilidade reflexiva (da cultura artística) é uma das razões por que os departamentos governamentais de cultura tendem a enfatizar as artes e o patrimônio em suas políticas. Uma vez que esse projeto pretende lidar com medidas que podem subsidiar políticas governamentais, artes e patrimônio estarão em seu centro (OCDE, 2007).

Apesar de haver uma concordância e mesmo um consenso em torno das definições e das preocupações da Unesco, o relatório conclui:

Nenhum dos delegados questionou a importância de incluir medidas de diversidade e impacto social em qualquer processo de comparação internacional de medidas do setor cultural, mas dada a amplitude das discussões, eles reconheceram que muito mais trabalho é requerido dos pesquisadores sociais antes que qualquer decisão sobre a natureza destas medidas possa ser tomada. As recomendações do workshop para o projeto da OCDE foram que ele deveria inicialmente focalizar os indicadores econômicos sobre os quais há um grande consenso de opiniões. (OCDE, 2006)

Não é sem razão que os especialistas reunidos no workshop da OCDE tomam essa decisão; efetivamente a maioria dos dados já existentes é econômica e a maioria dos dados não-econômicos demanda ainda muito esforço de pesquisa para poder ser quantificada – aqueles dados que o permitem. A fim de tentar esboçar algumas questões as quais não podemos desconsiderar nas discussões brasileiras e nas decisões que serão tomadas para a construção de indicadores e, sobretudo, para os rumos que nossas pesquisas deverão tomar para enriquecer as perspectivas sobre os dados da cultura, tentarei na seqüência deste artigo discutir alguns pontos que me parecem importantes para compreender os problemas gerados pela construção de indicadores culturais e a atenção que devemos ter para ampliar o debate.

O que é um indicador?

Pfenniger (2004) afirma que indicador é uma ferramenta desenhada baseada em dados que dão sentido e facilitam a compreensão da informação. Portanto, uma primeira consideração importante deve chamar atenção para o fato de que indicadores não são dados puros, estatísticas puras, mas dados processados a fim de dar sentido às informações obtidas nos levantamentos estatísticos.

Van Bellen (2005, p. 41), discutindo indicadores de sustentabilidade, afirma que “as definições mais comuns e a terminologia associada a essa área são particularmente confusas”. O autor aborda a perspectiva de diversos autores para a definição de indicador tal como a de Chevalier, para quem um indicador pode ser compreendido como uma variável que está relacionada hipoteticamente com outra variável estudada, que não pode ser diretamente observada. Assim, é importante entendermos variável, que para o autor é “uma representação operacional de um atributo (qualidade, característica, propriedade) de um sistema”. Ou seja, “ela não é o próprio atributo ou atributo real mas uma representação” (Van

Bellen, 2005, p. 42). Ou seja, para Van Bellen um indicador é uma variável que agrega informações diversas dando sentido a elas.

Nesse sentido, pode-se observar na maioria das bases que têm sido chamadas de bases de indicadores culturais no mundo que o que encontramos são dados a respeito de algumas atividades culturais. Dados “são medidas, ou observações no caso de dados qualitativos, dos valores da variável em diferentes tempos, locais, população ou a sua combinação”. Os dados são necessários para a construção de indicadores, mas um dado não é em si um indicador. Allaire (2006) mostra um indicador simples utilizado no sistema de informações culturais do Quebec, a razão entre o número de trabalhadores culturais e o conjunto de trabalhadores. No entanto, o autor discute que essa medida não mostra grande coisa se não for acompanhada dos elementos que lhe dão sentido e que orientam sua interpretação.

Os indicadores podem ser classificados, com relação à função, como indicadores sistêmicos e de performance. Os indicadores sistêmicos estão fundamentados em referenciais técnicos. Ou seja, há suficiente conhecimento desenvolvido pela comunidade científica que pode embasar a adoção de parâmetros desejáveis para determinada situação do sistema. Devido à complexidade dos aspectos culturais, estamos longe de poder estabelecer, como o fazem os especialistas do desenvolvimento ambiental sustentável, indicadores sistêmicos para a área cultural.

Os indicadores que deverão predominar, então, serão aqueles de performance, que, segundo Van Bellen,

“são ferramentas para comparação, que incorporam indicadores descritivos e referências a um objetivo político específico. Fornecem aos tomadores de decisão informações sobre o grau de sucesso na realização de metas locais, regionais, nacionais ou internacionais. São utilizados dentro de diversas escalas no campo da avaliação política e no processo decisório.” (Van Bellen, 2005, p. 48)

Assim, o indicador apresentado por Allaire não tem significado em si, somente pode ser compreendido se for estabelecido um termo de comparação, ou seja, necessitamos de uma perspectiva temporal ou espacial. Assim, poderemos comparar o resultado obtido na razão entre o número de trabalhadores na área cultural e o número total de trabalhadores, se pudermos observar sua evolução no tempo, para uma determinada região e/ou compará-lo com os resultados alcançados por outras regiões. É assim que o número de equipamentos em um determinado município ou mesmo o número de municípios com uma determinada quantidade de

equipamentos não nos dizem muito a não ser que tenhamos um termo de comparação, no tempo (qual a evolução que esse dado sofreu) ou no espaço (qual é o resultado em outras regiões, países etc.). Um dos poucos índices que o sistema de informações culturais do IBGE nos apresenta nos proporciona essa comparação. O índice de equipamentos culturais e meios de comunicação nos possibilita a comparação entre estados e a comparação no tempo, mostrando assim como o índice tem evoluído. No entanto, a menos que esse seja um índice utilizado também por outros países, não teremos a possibilidade de saber se o parâmetro estabelecido (13 equipamentos) nos aproxima mais de países com ampla oferta de equipamentos ou de outros.

Embora seja relevante, esse é um indicador ainda bastante simples porque a oferta de equipamentos culturais não nos mostra quanto eles são utilizados, que camadas da população têm acesso, qual sua localização em termos da distribuição da população nos municípios, que tipo de atividades culturais proporcionam etc., como sublinham os autores do relatório do IBGE ao discutirem a massiva presença de bibliotecas nos municípios brasileiros (IBGE, 2007).

Para construir indicadores mais sofisticados precisamos considerar alguns termos associados a sua construção como norma, padrão, meta e objetivo, conforme assinala Van Bellen, para a análise de indicadores de sustentabilidade. Segundo o autor, nos indicadores de desenvolvimento sustentável padrão e norma se assimilam. São valores estabelecidos por autoridades ou por consenso social utilizados como referência. Essa não é a realidade da área cultural. Não há padrões estabelecidos para aspectos relacionados à cultura, não se pode dizer quanto uma população deve ter acesso aos equipamentos, às atividades culturais, ou quanto deve haver de empregos na área da cultura, qual montante de bens deve ser comercializado etc.

As metas estabelecem uma intenção, valores específicos a ser alcançados que, segundo Van Bellen (2005), “são estabelecidas a partir do processo decisório, dentro de uma expectativa que seja de alguma maneira alcançável”. Já com relação aos objetivos, o autor esclarece que, embora o termo seja freqüentemente utilizado como se fosse intercambiável com o termo meta, esses são “de maneira geral usualmente qualitativos indicando mais uma direção do que um estado específico” (Van Bellen, 2005, p. 44).

É necessário saber, então, com que fim queremos medir. Na cultura acontece freqüentemente de os objetivos não serem claros, de haver diversos objetivos conflituosos e, quando se considera a perspectiva de avaliação para a construção de políticas públicas, de

os governantes não saberem quais são os objetivos, como destaca Mancebo (1999). Ou seja, a fim de poder construir um sistema de indicadores mais sofisticado e que responda às nossas indagações, precisamos estabelecer direções e metas por meio de um processo decisório no qual estejam envolvidos os diferentes atores implicados ou interessados na área cultural.

Os autores indicam fundamentalmente duas formas de construir indicadores: *bottom-up* e *top-down*. Na primeira, as variáveis e grupos de indicadores são selecionados de forma participativa com a opinião dos diversos atores sociais envolvidos. Na abordagem *top-down*, especialistas definem os indicadores. No Brasil, uma vez que já foi iniciado o processo de construção de base de dados, já não há mais a possibilidade de uma construção *bottom-up*. A construção da base de dados do IBGE contou com a colaboração de técnicos e especialistas tanto do próprio Instituto quanto do Ministério da Cultura e da Fundação Casa de Rui Barbosa. Van Bellen (2005, p. 51) afirma que, para Jesinghaus, a situação ótima “é aquela em que a comunidade seleciona as questões prioritárias num processo participativo, envolvendo vários atores, e incorpora-as num sistema desenvolvido por especialistas”. O sistema no Brasil também pode utilizar, em parte, as duas formas de construção; uma vez que já contamos com uma base elaborada por especialistas podemos, através de um processo de discussão com os diversos atores do campo, alimentá-la de forma a aprimorar o processo. Apesar de limitados pelos dados que já foram coletados, os atores interessados podem ainda intervir na construção dos indicadores e, por meio de apreciações críticas, contribuir para a expansão da base de dados à medida que aspectos importantes estejam ausentes dela.

Creio que se pode perceber com o que já discuti até aqui que a construção de indicadores não é neutra. Na perspectiva da pesquisa, o pesquisador selecionará as informações a ser coletadas, as variáveis, os indicadores, os objetivos e as metas de acordo com seus valores e interesses. Na perspectiva das políticas públicas os interesses e objetivos dos grupos capazes de estabelecer esses mesmos aspectos influenciarão o sistema. Os dados não falam por eles mesmos, como sublinhou Schuster (2002); dados e estatísticas são diferentes, e, embora se possa discutir a visão do pesquisador já que os dados também são produto de uma construção humana, devemos ter claro que, na medida em que produzimos estatísticas, alguém fala por meio delas. A questão é *quem* fala.

A seleção de variáveis

Não importa o que seja feito, toda base de dados e todo sistema de indicadores sobre a cultura será imperfeito. Como afirma Tolila (2003), “os números não são mais que um aspecto do vasto problema do conhecimento dos fenômenos culturais”. Não há formas de quantificar o que não é quantificável. Não há como expressar em um índice, um indicador ou todo um sistema de indicadores todas as experiências, práticas, influências e impactos da cultura. Essa constatação torna a seleção de variáveis ainda mais delicada e meritória de atenção, uma vez que, se os números nos proporcionam informações parciais e imperfeitas, eles são essenciais para a construção de conhecimento sobre o campo da cultura. A experiência dos organismos de estatística com o levantamento e a análise de dados relacionados a setores fortemente vinculados ao mercado e, evidentemente, a necessidade de quantificar podem levar a uma seleção de variáveis entre aquelas com as quais se está habituado ou variáveis próximas a elas.

É fácil identificar, nos diversos textos e relatórios sobre estatísticas culturais, variáveis que aparecem quase que espontaneamente quando pensamos em quantificar um setor: número de trabalhadores, salário médio, escolaridade etc. Todas são informações importantes e capazes de nos possibilitar análises cruciais, como as que tem realizado Segnini (2006) a respeito do trabalho em atividades culturais e sua precarização. Quero chamar atenção aqui, mais uma vez, para o risco de cair em uma visão exclusivamente econômica. Não sei até que ponto podemos evitá-la totalmente, talvez não seja possível. Uma vez que o mundo do mercado é o mundo dos números, é possível que o simples movimento da quantificação nos leve diretamente a ele, ao mercado, e que todo o esforço para construir um sistema de indicadores que seja capaz de nos mostrar mais do que aquilo que interessa ao mercado seja inútil. Essa não é uma questão que um indivíduo possa responder; ela será respondida pela resultante dos embates entre indivíduos e grupos que disputarão a capacidade e a possibilidade de intervir no processo de construção de indicadores. É importante ter em mente que ela será respondida politicamente, já que a resultante é função da luta entre os atores do campo da cultura que dispõem de diferentes recursos de poder (diferentes formas de capital para Bourdieu, 2004).

O questionamento acerca das variáveis e de seu significado é crucial para que o número não apareça como tendo um sentido em si. Assim, podemos questionar, por exemplo, um indicador que mostrasse a utilização mais intensa de produtos do artesanato regional pela indústria (como tem acontecido na indústria da moda). Qual o significado que pode ser atribuído a um crescimento nesse

indicador? Qual o impacto que a apropriação de um produto do artesanato regional por uma indústria pode ter para as comunidades locais e para a própria atividade?

É nesse sentido que as estatísticas que foram produzidas até agora devem ser aprimoradas, de modo que nos conduzam a indicadores mais complexos, não somente em termos de agregação de variáveis, mas dos significados que podem conter, por mais imperfeito que o sistema venha a ser.

Dois questões me parecem, então, cruciais no que se refere à seleção de variáveis. A primeira diz respeito à escolha em si, e à necessidade de irmos além das variáveis econômicas. Nesse aspecto necessitamos de criatividade e de muito trabalho, uma vez que há ainda muito a ser pesquisado e construído para que possamos encontrar formas de fazer valer nos sistemas de indicadores aspectos que vêm sendo excluídos do processo apesar dos discursos. A segunda refere-se ao trabalho intenso que deve ser feito sobre o resultado da mensuração, de modo que o contraste com aspectos não mensuráveis evidencie conseqüências que os sistemas estatísticos não são capazes de mostrar. Assim como em outros estudos as dificuldades de mensuração e a disponibilidade de certos dados têm levado a um foco muito dirigido para os aspectos econômicos. O Relatório Mundial da Unesco sobre a cultura mostra isso claramente:

Os indicadores coletados, analisados e apresentados neste primeiro Relatório Mundial sobre a Cultura tiveram que ser extraídos de documentos disponíveis, o que, de muitas maneiras, limitou a profundidade e o alcance da análise. Numerosas preocupações culturais importantes não foram então corretamente consideradas pelas estatísticas existentes, elas não foram objeto de nenhum indicador no presente relatório. Os indicadores culturais retidos aqui não pretendem medir a cultura mundial, esta sendo bem mais complexa e multiforme. O que eles apresentam são os aspectos da cultura do mundo que são facilmente mensuráveis. No entanto, um dos objetivos visados pelo presente relatório é tornar possível, no futuro, uma ampliação do campo dos aspectos mensuráveis e efetivamente descritos da cultura mundial a fim de que os próximos relatórios possam obter um quadro mais completo da situação. Tratando-se de clarificar aspectos quantitativos da cultura e da maneira de apresentá-los, logo se encontrou um problema. Resultou, com efeito, que foi no domínio da produção e do consumo de bens culturais que tinham um preço no mercado que dispúnhamos de um número maior de indicadores. (Unesco, 2000)

Creio que podemos perceber quanto ainda nos resta de trabalho a realizar se tomarmos, a título de ilustração, o sistema que vem sendo

construído no Quebec, que já tem algum caminho percorrido na construção de suas bases de dados sobre a cultura. O grupo de especialistas responsável pela construção do sistema de indicadores iniciou com um conjunto constituído por 69 indicadores que foram reduzidos, primeiro a 22 e finalmente aos 14 que apresento no Quadro 1. Pode-se perceber a predominância de variáveis econômicas, apesar da divisão em indicadores econômicos e sociais. Nos indicadores sociais a maioria refere-se a aspectos predominantemente econômicos, ainda que esses também tenham, evidentemente, um aspecto social, que no caso não é considerado. Por exemplo, o fato do número de empregos na área da cultura aumentar não nos mostra a situação desses empregos⁸. O mesmo acontece com as despesas culturais e com a freqüência dos estabelecimentos. Há ainda a questão de como são construídos os índices, à qual o artigo não faz menção, como o índice de participação cultural. E, para não me alongar nessa análise que não é o objetivo deste texto, mas para levantar outra questão importante para a construção das estatísticas de cultura no Brasil, podemos considerar a questão da acessibilidade, que no modelo de Quebec é percebida por meio do número de estabelecimentos. Embora seja uma medida usual, o número de estabelecimentos por habitante não é capaz de mostrar o nível de acessibilidade dos equipamentos existentes. Necessitaríamos, para isso, de um índice composto que integrasse a dispersão espacial dos equipamentos no território considerado, a diversidade dos grupos que os freqüentam, bem como os padrões de despesas exigidas dos usuários das atividades propostas pelo equipamento.

A França, com uma experiência de mais de 40 anos, apresenta indicadores sociais mais densos: relação entre fixação de tarifas culturais e freqüência, relação entre o número de bibliotecas e a evolução das práticas de leitura e relação entre educação artística e práticas culturais, por exemplo (Tolila, 2003). Logo, como se pode perceber, um esforço muito grande e contínuo de coleta e processamento de informações. Isso leva a uma outra questão que diz respeito à qualidade das informações coletadas, que tratarei na próxima seção.

⁸ Ver Segnini, 2006.

Quadro 1 – Os 14 indicadores prioritários

| Indicadores econômicos | |
|------------------------|--|
| 1. | Razão entre o PIB dos setores da cultura e das comunicações e o PIB total |
| 2. | Índice de exportação de produtos culturais |
| 3. | Índice de preços dos produtos culturais |
| 4. | Índice de concentração das indústrias culturais (produção e difusão reagrupadas) |
| 5. | Índice de vendas totais de produtos culturais |
| 6. | Parte de mercado dos produtos culturais nacionais |
| 7. | Índice de diversidade das vendas totais por país produtor |
| Indicadores sociais | |
| 8. | Razão entre o efetivo de trabalhadores culturais e o efetivo da população ativa |
| 9. | Número de estabelecimentos de difusão por 1.000 habitantes |
| 10. | Razão entre as despesas culturais dos lares e as despesas de lazer |
| 11. | Índice composto da frequência dos estabelecimentos culturais |
| 12. | Índice composto da participação nas atividades culturais |
| 13. | Razão entre o tempo consagrado às atividades culturais e o tempo de lazer |
| 14. | Razão entre o número de novidades e o conjunto da oferta |

Fonte: Benoit (2006)

A qualidade dos dados

Um aspecto evidente, mas de difícil concretização, com relação à construção de indicadores é a obtenção de informações fidedignas. Como o nível mais apropriado de coleta e análise de informações parece ser um consenso internacional, o nível local, a capacidade dos municípios brasileiros de proporcionar aos agentes coletores as informações pertinentes é essencial.

Uma rápida consulta aos últimos dados coletados na Munic de 2006 em seu suplemento sobre a cultura nos fez perceber alguns problemas nas informações prestadas pelos municípios. Por exemplo, Florianópolis informa a existência de dez museus no município, no entanto, em pesquisa realizada em 2005, identificamos 17 museus. Da mesma forma, pelas informações prestadas pelo município não há festival de cinema nem de vídeo em Florianópolis, quando um dos festivais de cinema infantil que tem se destacado ocorre justamente lá, assim como um festival de vídeo que tem crescido bastante. Essas são apenas algumas das informações que me surpreenderam porque dizem respeito diretamente às pesquisas que realizo. Claro, deve-se verificar quanto esse é um fato isolado, devendo-se exclusivamente a problemas do município, ou quanto o problema se repete em outros municípios brasileiros.

Embora não tenhamos resposta ainda para isso, creio que é importante perceber que, dada a capacidade dos municípios brasileiros em considerar a importância das informações para a construção de suas políticas e planejamentos aliada à importância que costumeiramente se dá à cultura, é de esperar que as informações apresentem problemas. Isso me faz crer que não é possível alcançar um nível de qualidade razoável nas estatísticas culturais brasileiras sem uma rede que mobilize diversos atores e diversas ações que possam garantir um sistema de informações de qualidade e múltiplo.

Isso implica uma infra-estrutura para as informações estatísticas sobre a cultura que envolve não somente diversos tipos de atores, mas um planejamento para a sua atuação de modo que melhore a qualidade das informações geradas sobre cultura no país, por meio do trabalho desses atores na rede e da crítica necessária à melhoria do que já foi realizado. Essa infra-estrutura, assim como em outros países, deverá envolver divisões de pesquisa governamentais, grupos de pesquisa nas universidades, agências de estatística, institutos independentes, empresas privadas e observatórios culturais, o que a Europa chamou de sistema de governança. Considerando as características do Brasil e suas grandes diferenças regionais, essa rede de atores me parece ser essencial para que a diversidade regional seja considerada e o conceito mais amplo de cultura seja efetivamente operacionalizado nas estatísticas que serão construídas. Há muitas implicações para tornar possível a construção dessa infra-estrutura.

Um último ponto relacionado com a infra-estrutura diz respeito à divulgação das informações e à importância de centralizar o acervo para torná-las mais facilmente recuperáveis pelo público. Ou seja, se me parece importante uma rede diversificada de atores trabalhando de forma coordenada, o acesso às informações geradas por eles não deveria ser pulverizado, assegurando assim o acesso mais rápido aos interessados.

Os pontos que levanto neste texto não esgotam, em absoluto, o debate em torno da construção de indicadores culturais. Procurei apontar somente alguns dos aspectos que me parecem essenciais e para os quais não é dada a devida atenção. Destaco, sobretudo, a tendência à construção de bases de dados e à fixação de indicadores focalizados quase que exclusivamente em aspectos mercantis. Não é com o "monstro" do mercado que estou preocupada, mas com a redução da cultura a aspectos exclusivamente mercantis. Só o debate em torno dessas questões será capaz de fazer com que os diferentes atores explicitem as concepções que fundamentam suas propostas, dirimindo a aparente neutralidade que, ingenuamente, se atribui aos números.

Referências bibliográficas

- ALLAIRE, Benoit. Mesurer la culture: le système d'indicateurs de la culture et des communications au Québec. Workshop on the International Measurement of Culture. Paris: OCDE, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- CLICHE, Danielle; MITCHELL, Ritva; WIESAND, Andreas (em cooperação com Ilkka Heiskanen e Luca Dal Pozzolo). *Creative Europe Report*. European Institute for Comparative Cultural Research/Arcult Media, 2002.
- EQUIPE Técnica do Guia. Guia cultural: uma introdução. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, vol. 15, n. 2, abr./jun. 2001.
- IBGE. *Perfil dos municípios brasileiros – Cultura 2006*. IBGE, 2007.
- JAMESON, Fredric. *Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Atica, 1996.
- MANCEBO F. (1999). Indicateurs culturels : le poids des credos, le choc des ratios. Seminaire du GRESOC. Toulouse.
- OCDE. Workshop on the International Measurement of Culture. Paris, 2006.
- PFENNIGER, Mariana. Indicadores y estadísticas culturales: un breve repaso conceptual. *Gestión Cultural* n. 7. Indicadores y Estadísticas Culturales, abr. 2004.
- POIRIER, Christian. Towards broader cultural indicators? Performance indicators and justification of cultural policies in Quebec and Europe. *Accounting for Culture colloquium*. Gatineau: Strategic Research and Analysis, Department of Canadian Heritage, 2003.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1981.
- SCHUSTER, Mark. L'information sur les politiques culturelles – données, statistiques et signification. In: *Actes du Colloque international sur les statistiques culturelles*, Montreal, 21 a 23 out. 2002
- SEGNINI, L.R.P. Travail et profession en art. Des statistiques nationales aux vécus quotidiens hétérogènes.. In: *Colloque Internationale Ethnographies Du Travail Artistique*. Paris: Laboratoire Georges Friedmann, 2006.
- TOLILA, Paul. *Estadísticas, economía e indicadores culturales*. El ejemplo francés y los avances europeos.
- _____. *Sistema de información cultural*. México: Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 2003.
- Unesco. *Our creative diversity*. Report, 1995
- Unesco. *Rapport mondial sur la culture*, 2000.
- VAN BELLEN. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

O SISTEMA E O “SISTEMA” – O PROJETO EM CURSO NO IBGE E O ESTUDO SOBRE A CULTURA

Cristina Pereira de Carvalho Lins e Antonio Carlos Alkmin¹

Em primeiro lugar, cumpre registrar nosso agradecimento ao Observatório Itaú Cultural pelo convite e a oportunidade de o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) participar dos seminários com especialistas nacionais e internacionais, para o aprofundamento de temas ligados à cultura, pelo segundo ano consecutivo.

Parabenizamos o Observatório pela iniciativa de proceder ao mapeamento das pesquisas do setor cultural existentes no Brasil, atividade indispensável para análises sistemáticas sobre o tema. O IBGE será um dos usuários desse importante espaço de discussão, bem como os tomadores de decisões, especialistas e estudiosos do tema.

Agradecemos, ainda, à equipe de pesquisa do Observatório Itaú Cultural por nos brindar com a seleção do estudo Sistema de Informações e Indicadores Culturais, do IBGE, como a primeira pesquisa a receber a atenção e a avaliação crítica exercida com êxito pelas pesquisadoras Lílina Souza e Silva e Lucia de Oliveira, doutoras em cultura e informação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), sob a orientação do professor Teixeira Coelho, da mesma universidade. A análise encontra-se no segundo número da revista *Observatório Itaú Cultural*, de 2007.

¹ Cristina Lins é economista, mestre em estudos populacionais e pesquisas sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) e pesquisadora sênior do IBGE. Antonio Alkmin é cientista político, doutor pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e pesquisador sênior do IBGE.

Reconhecemos esse esforço do Itaú Cultural como uma importante contribuição, permitindo uma mais intensa interlocução entre o IBGE e os usuários qualificados de nossas informações. Isso porque, com base nos primeiros resultados do nosso estudo, divulgado em 2007, apontamos que:

A perspectiva de dedicação permanente e contínua a este projeto de construção de um sistema de informações estatísticas para o setor cultural será fortalecida com as contribuições dos gestores públicos, especialistas e estudiosos do tema. Neste sentido, as críticas e observações que serão feitas a este trabalho irão estimular a sua continuidade e aprimoramento. Em especial, é de extrema importância que a delimitação da cultura, enquanto atividade econômica geradora de bens e serviços, seja objeto de debate para que se possa encontrar uma definição que atenda às necessidades de informação do País (IBGE, 2007, p. 99).

Apresentamos, no seminário sobre indicadores culturais realizado neste Observatório em dezembro de 2006, os resultados do estudo, e também, naquela ocasião, os resultados do bloco temático da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) sobre cultura, levada a campo em 2005.

Esta apresentação procura um diálogo baseado no texto publicado pelo Observatório sobre o referido estudo do IBGE. Com base na discussão pública esperamos compartilhar a preocupação em ampliar, com qualidade, o conhecimento sobre a cultura no Brasil, contribuindo para o desenho de políticas e estratégias que promovam o desenvolvimento do setor.

Nesta oportunidade e com base na leitura do artigo publicado pelo Observatório, gostaríamos de fazer um primeiro comentário sobre o acordo de parceria técnica entre o IBGE e o Ministério da Cultura (MinC), firmado em 2004, e que talvez elucidie algumas das questões levantadas na avaliação crítica do “sistema”. Grafamos entre aspas porque este se refere a um estudo particular, enquanto o *sistema*, sem as aspas, indica o projeto como um todo, um sistema integrado. A publicação é um dos produtos do sistema integrado, que incorpora diversas fontes de dados e novas pesquisas – como os resultados da Munic referentes ao tema da cultura.

O acordo firmado entre o MinC e o IBGE procura preencher uma lacuna na produção e disseminação de bases de dados, estatísticas, informações, indicadores e análises, por parte do Estado, sobre o tema da cultura, como é tradição consolidada em diversos países, como na França e mais recentemente em países da América Latina, como Chile, Colômbia, Argentina, México e Cuba, entre outros.

A proposta incorpora a construção de um sistema de informações culturais permanente, articulado, pertinente, flexível e comparável com estatísticas nacionais e internacionais. Um esforço que exigiu um planejamento de curto e longo prazos. Estamos desenvolvendo o projeto em etapas, com o lançamento de produtos à medida que vamos obtendo os resultados.

Partimos de um diagnóstico sobre o “estado das artes” das estatísticas existentes, considerando principalmente as bases de dados do IBGE. Procuramos a referência da produção internacional sobre indicadores culturais, assim como a participação em seminários, reuniões e eventos relacionados ao tema, realizados no país e no exterior. Dentre as atividades foram realizados encontros sobre metodologias e pesquisas na área de cultura com técnicos do Departamento de Estudos e Perspectivas (DEP), órgão vinculado ao Ministério da Cultura francês.

O resultado desse primeiro passo, o estudo, ou “sistema”, exigiu um recorte transversal da instituição, na medida em que o tema da cultura tem uma especificidade que se transformou em desafio. O conceito de cultura é de difícil mensuração e, talvez por isso, seja no mínimo resistente à abordagem estatística, ou seja, apenas tangenciável por ela.

No caso brasileiro, abordamos o tema da cultura partindo das nossas bases de dados consolidadas nacionalmente. Ao mesmo tempo, também foi preciso refletir a respeito das características, possibilidades e limitações dessas bases, principalmente temáticas, pois as pesquisas correntes utilizadas são referentes a atividades econômicas, emprego, renda, orçamentos familiares e gastos públicos. Essas pesquisas disponíveis com categorias predefinidas têm uma metodologia específica, com foco socioeconômico, nas quais não houve nenhuma preocupação em definir ou conceituar cultura. Mas, desde o início, foi possível perceber que algumas delas guardavam informações fundamentais relacionadas com a cultura e que outras necessitavam de um tratamento especial.

Na ausência de uma definição precisa do setor cultural, dada a inexistência de recomendações internacionais atualizadas e referências nacionais, optou-se por trabalhar com um conjunto amplo de atividades, desagregado de modo que o usuário das informações possa adotar suas próprias definições desse universo. Na realização do trabalho foi utilizada a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (Cnae)² como ponto de partida na construção de um âmbito da cultura.



imagem: arquivo pessoal Cristina Lins

² A Cnae 1.0 adota como referência a International Standard Industrial Classification (Isic) – Revisão 3, das Nações Unidas.



imagem: Cia de Foto

Essa nomenclatura é uma linguagem estatística que garante a comparabilidade internacional entre todos os institutos de pesquisa. Portanto, é com base na Cnae que conseguimos dialogar com os outros países, com o que está sendo medido, produzido e pensado em relação ao setor cultural.

Com base na análise de cada uma das 581 classes da classificação (nível mais detalhado), o setor cultural foi delimitado, considerando-se as atividades econômicas que tinham algum grau de vinculação com a cultura.

Um dos principais desafios enfrentados atualmente, e que se reflete nas nossas discussões, é o de incorporar no campo da cultura as recentes formas de manifestação que surgem sem cessar, associadas ao aparecimento de novas infra-estruturas e tecnologias dos meios de informação e comunicação. Essas tecnologias introduzem novos hábitos sociais, geradores, por sua vez, de novas necessidades, transformando a cultura em um sistema complexo em constante renovação.

Outro ponto, ainda em relação à classificação, foi o nível de desagregação das atividades que reconhecíamos como culturais e que não apareciam classificadas isoladamente. Em alguns casos estavam agregadas a outras atividades, não necessária ou exclusivamente ligadas ao setor cultural. Esse problema foi abordado em diversos momentos na análise publicada pela revista *Observatório Itaú Cultural* número 2, e efetivamente em alguns casos não há saída. Tivemos inclusive de cortar alguns segmentos. Por isso, uma das ações empreendidas pelo projeto é a formulação de uma proposta de classificação específica para as atividades culturais, comparável internacionalmente, e que seja aplicada às futuras pesquisas do IBGE.

O que existe a nosso favor agora é que, no ano de 2007, um acordo internacional marcou a entrada em vigor da revisão de toda a família de classificações internacionais. Esse compromisso firmado entre os países tem como meta principal a promoção dos ajustes necessários nas classificações nacionais, de forma que as estatísticas reflitam cada vez mais a estrutura produtiva do país e sejam harmonizadas internacionalmente³.

Em nossa publicação, trabalhamos com a Cnae 1.0, sendo que agora, com a Cnae 2.0⁴, foram introduzidas duas novas seções, a Seção J – Informação e Comunicação e a Seção R – Arte, Cultura, Esporte e Recreação, que facilitarão a identificação e o detalhamento das atividades relacionadas ao setor cultural.

Outra característica importante em relação aos procedimentos foi a necessidade de ajuste entre as diversas pesquisas para torná-las articuladas, partindo da nomenclatura das atividades. Cada uma dessas pesquisas, conforme já observado, tem seu tema, sua metodologia e sua abrangência. Foi necessário um cuidadoso procedimento, incorporando pesquisadores de todas as áreas envolvidas, para empreender a modelagem das bases de dados.

Fizemos, portanto, uma escolha conceitual que aproximava o tema da cultura e seu foco nas atividades econômicas com o que estava sendo discutido internacionalmente, inserindo o Brasil nesse esforço pioneiro de superação das lacunas de informações, também existentes em outros países.

Uma vez definido esse âmbito, as informações disponíveis nas pesquisas econômicas realizadas pelo IBGE, dos segmentos de indústria, comércio e serviços, foram organizadas, permitindo disponibilizar informações sobre emprego, salários, receitas e custos das atividades relacionadas direta ou indiretamente com a cultura.

Tínhamos conhecimento dos problemas de classificação e das limitações relacionados à produção do “sistema”. Entretanto, consideramos um avanço obter e disseminar um conjunto de informações e indicadores culturais, em um prazo curto de execução, disponibilizando uma base de dados sistematizada e articulada, que detalha atividades reconhecidamente ligadas à cultura. Com base na análise das planilhas e tabelas disponíveis, o usuário pode aprofundar seus estudos, construindo indicadores segundo seus critérios e motivações.

O fato de maior relevância dessa estratégia geral, que alterou a falta de informações sistematizadas sobre o setor cultural, foi a divulgação dos primeiros resultados do estudo que resultou na publicação do sistema. O Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003⁵ constitui um primeiro e inicial passo para a idealizada produção de estatísticas públicas sobre a cultura no Brasil.

Conta-satélite de cultura

Alguns trabalhos que estão sendo desenvolvidos pelo IBGE vão contribuir para a construção de um sistema integrado de informações estatísticas e indicadores culturais. O “sistema” não permite apenas um diagnóstico sobre as atividades econômicas do setor cultural. Por articular matricialmente as bases das pesquisas, com o olhar cultural sobre elas, constitui uma primeira e necessária etapa para um dos objetivos principais do projeto geral do sistema de informações que é a construção de uma conta-satélite de cultura (CSC).

³ A Clasificación Industrial Internacional Uniforme (Ciiu/Isic) foi adotada pelas Nações Unidas em 1948 e é usada como padrão internacional de referência no desenvolvimento de classificações nacionais e como instrumento de harmonização na produção e disseminação de estatísticas econômicas em nível internacional. Desde então, foram editadas as seguintes revisões: em 1958 (revisão 1), 1968 (revisão 2), 1990 (revisão 3), 2002 (atualização 3.1). A revisão 4, discutida em 2002-2005, foi aprovada pela Comissão de Estatística das Nações Unidas em 2006, para entrar em vigor em 2007. A Cnae, na versão original, é uma classificação derivada da Ciiu/Isic – Revisão 3.

⁴ Pode-se destacar que a revisão da Cnae em 2007 permitirá identificar mais apropriadamente as atividades relativas ao setor ligado às tecnologias de informação e comunicação (Seção J), em consonância com as classificações internacionais. Disponível para acesso em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/classificacoes/cnae2.0/cnae2.0.pdf>.

⁵ O volume completo do Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003 está disponível em publicação impressa, em CD-ROM e na página http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2003/indic_culturais2003.pdf, no portal do IBGE na internet.

A conta-satélite de cultura é uma meta perseguida por diversos países. Consiste na aplicação da metodologia das contas nacionais, considerando as atividades culturais reconhecidas por uma classificação que represente a economia formal e a informal. A CSC é concebida como um sistema de medição econômica da cultura, que se articula com o sistema de contas nacionais (Sistema de Contas Nacionais/SCN 1993, aceito internacionalmente e adotado pela grande maioria dos países para a medição de suas economias) dos institutos de estatísticas oficiais ou dos bancos centrais, dependendo do país. Uma conta-satélite de cultura permite o cálculo da participação das atividades culturais no Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

Informações municipais (Munic)

Outra alternativa utilizada no sistema de produção de estatísticas e indicadores culturais foi a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), que pesquisou o tema dos equipamentos culturais em 1998 e 2001, e que aumentou seu espectro de investigação com a ampliação de bloco temático em 2005 e com a realização do suplemento de cultura em 2006, com seus resultados publicados pelo IBGE em setembro de 2007⁶. Os equipamentos culturais investigados nos anos de 1999, 2001 e 2005 constituem uma série histórica importante para o acompanhamento da infraestrutura cultural no Brasil. O Suplemento de Cultura da Munic 2006, divulgado no segundo semestre de 2007, é um instrumento capaz de captar informações sobre a diversidade cultural existente nos municípios brasileiros e a gestão municipal, para servir de subsídio para a compreensão da imensa riqueza brasileira no planejamento das políticas públicas municipais. Com esses resultados abre-se uma grande possibilidade de produção de estudos sobre a cultura, tendo como referência as cidades brasileiras.

Pnad e POF

Uma última informação referente ao projeto diz respeito à segunda edição do estudo “sistema” que ocorreu em dezembro de 2007⁷. Nessa edição foram retomadas as bases utilizadas no primeiro estudo, apresentando ainda uma série temporal entre 2003 e 2005, permitindo, dessa forma, que algumas tendências pudessem ser avaliadas.

Nessa edição, as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) avançam até 2006 e são desagregadas para alguns estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia). A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) traz uma análise sobre inventário

de equipamentos domésticos associados à cultura (televisão, rádio, computador, entre outros), com suas pesquisas de 1985, 1996 e 2005, com o recorte geográfico para regiões metropolitanas brasileiras. É uma publicação que, além de trazer novos enfoques, inicia a fase de consolidação e melhor avaliação dessa base e dos indicadores produzidos, permitindo novas linhas de exploração, ao mesmo tempo em que aponta lacunas. Como visto, trata-se, ainda, de consolidar uma fase preliminar para a construção da conta-satélite de cultura.

Outras considerações

Gostaríamos, ainda, de enfatizar que o projeto desenvolvido pelo IBGE e pelo Ministério da Cultura é amplo e os produtos vão sendo lançados parcialmente. A lacuna é grande e o tempo corre, mas podemos dizer que, do ponto de vista da produção de informações públicas sobre a cultura, não existe mais o vazio, pois divulgamos informações relevantes, atualizadas, comparáveis, com qualidade, ainda que persistam limitações.

Tão importante para nós quanto a construção de uma conta-satélite será a realização da pesquisa sobre o uso do tempo, prevista pelo IBGE para os próximos anos, ainda sem um cronograma oficial, mas com um grupo de planejamento já formado.

Uma pesquisa sobre o uso do tempo permite uma abordagem sobre as famílias e os indivíduos, identificando práticas culturais, seus padrões e diferenciações sociodemográficas e geográficas. Permite uma associação do “tempo cultural” com todos os outros usos do tempo. Evidentemente, essa pesquisa, complexa, mas já aplicada em outros países, merecerá uma abertura do debate para sua formulação, constituindo-se em uma riquíssima fonte de estatísticas sobre a cultura, de um ponto de vista mais amplo, entendida como prática cultural associada ao tempo.

Quanto à análise do “sistema” pelas doutoras Liliane e Lucia, às quais nos referimos na abertura da apresentação, voltamos a afirmar que se trata de um trabalho de leitura exercido de forma competente e que constitui para nós uma referência, por sua apresentação crítica e sintética dos primeiros resultados transformados em produto no conjunto de nosso projeto.

Como aqui procuramos estabelecer um debate, e após terem sido abordadas questões sobre a perspectiva geral do nosso projeto, levantaremos alguns outros pontos que nos pareceram importantes.

⁶ Informações sobre a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) estão disponíveis no portal do IBGE na internet, no endereço: <http://www.ibge.gov.br>.

⁷ O volume completo do Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2003-2005 está disponível em publicação impressa, em CD-ROM e na página http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_culturais/2005/default.shtml, no portal do IBGE na internet.

Primeiro, os dados da publicação “sistema” são tratados nacionalmente por opção, por ser o primeiro estudo contemplando diversas pesquisas e muitos indicadores e variáveis. Essa redução do escopo permitiu maior controle de qualidade dos resultados.

Em diversos momentos do texto, as autoras chamam atenção para problemas com a classificação das atividades econômicas – o que admitimos e dos quais tínhamos conhecimento prévio. Entretanto, queremos esclarecer uma dúvida que ficou presente sobre a estratégia utilizada e a ausência de conceitos norteadores. A estratégia existe, assim como a discussão conceitual inserida no debate internacional, conforme mencionado. Pode-se não ter conhecimento ou discordar da estratégia – esse é um bom tema para discussão. Mas que a estratégia existe, existe, daí a nossa preocupação neste momento em explicitá-la.

Outro ponto relevante é a questão sobre indicadores. Essa é uma discussão que merece atenção dos pesquisadores do IBGE há um bom tempo, sendo que, na área social, acompanhamos, desde a década de 1970, os estudos do denominado movimento de indicadores sociais – iniciados nos Estados Unidos e que se espalharam para outros países –, que ampliaram o campo de investigação estatística para além das fronteiras econômicas.

Indicador cultural é um indicador social. E, para nós, indicador social é aquele capaz de produzir um conhecimento relevante sobre a realidade, referido a teoria e conceitos, traduzido em sua expressão matemática ou estatística, geralmente diferenciado do dado bruto ou de uma variável. Produz a síntese da informação, refere-se ao tempo e ao espaço, aos segmentos sociais, articula-se a uma temática, procura suprir a ausência ou irracionalidade da ação, assim como avaliá-la. Uma definição abrangente e que incorpora a apresentada pelas autoras.

Poderíamos iniciar uma boa discussão metodológica sobre indicador, indicador social e indicador cultural. Na verdade, essa discussão é a gênese. Para facilitar o nosso argumento, é difícil não reconhecer o próprio esforço de análise das autoras em compreender os significados produzidos pelo “sistema”. Quando, ao lado das questões de conteúdo e de metodologia, interpretam cuidadosamente o resultado das pesquisas, trazem à tona uma diversidade de indicadores que tornam possíveis os comentários. Os indicadores invadem o seu texto.

Indicadores seriam, entre outros, o percentual de gastos em cultura das famílias brasileiras; o número de empresas nas atividades formais, por setor de atividade e por pessoal ocupado; a massa salarial; os

gastos públicos das esferas federal, estadual e municipal; o perfil dos ocupados em atividades culturais, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, uma dimensão não considerada pelas autoras e que traz informações agregadas sobre o mercado de trabalho formal e informal.

Para encerrar, permitam uma pequena história, que talvez sirva como uma metáfora para o melhor entendimento do nosso esforço e dos seus resultados. Um crítico debruçado sobre uma das crônicas de Nelson Rodrigues, da série intitulada *A Vida como Ela É*, publicadas pelo jornal carioca *O Dia*, lançou um comentário no qual definia a crônica do jornalista como “muito simples”. No dia seguinte, Nelson Rodrigues retrucou: “É verdade, mas o que não se sabe é a que custo se atinge esta simplicidade”.

Referências bibliográficas

- IBGE. Sistema de informações e indicadores culturais 2003-2005. v. 22. Rio de Janeiro, 2007.
- IBGE. Sistema de informações e indicadores culturais 2003. v. 18. Rio de Janeiro, 2006.

CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL

Paris, 17 de outubro de 2003.

A Conferência-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, doravante denominada "Unesco", em sua 32ª sessão, realizada em Paris do dia 29 de setembro ao dia 17 de outubro de 2003,

Referindo-se aos instrumentos internacionais existentes em matéria de direitos humanos, em particular à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, ao Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, e ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, de 1966,

Considerando a importância do patrimônio cultural imaterial como fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável, conforme destacado na Recomendação da Unesco sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular, de 1989, bem como na Declaração Universal da Unesco sobre a Diversidade Cultural, de 2001, e na Declaração de Istambul, de 2002, aprovada pela Terceira Mesa-Redonda de Ministros da Cultura,

Considerando a profunda interdependência que existe entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural,

Reconhecendo que os processos de globalização e de transformação social, ao mesmo tempo em que criam condições propícias para um diálogo renovado entre as comunidades, geram também, da mesma forma que o fenômeno da intolerância, graves riscos de deterioração, desaparecimento e destruição do patrimônio cultural imaterial, devido em particular à falta de meios para sua salvaguarda,

Consciente da vontade universal e da preocupação comum de salvaguardar o patrimônio cultural imaterial da humanidade,

Reconhecendo que as comunidades, em especial as indígenas, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos desempenham um importante papel na produção, salvaguarda, manutenção e recriação do patrimônio cultural imaterial, assim contribuindo para enriquecer a diversidade cultural e a criatividade humana,

Observando o grande alcance das atividades da Unesco na elaboração de instrumentos normativos para a proteção do patrimônio cultural, em particular a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972,

Observando também que não existe ainda um instrumento multilateral de caráter vinculante destinado a salvaguardar o patrimônio cultural imaterial,

Considerando que os acordos, recomendações e resoluções internacionais existentes em matéria de patrimônio cultural e natural

deveriam ser enriquecidos e complementados mediante novas disposições relativas ao patrimônio cultural imaterial,

Considerando a necessidade de conscientização, especialmente entre as novas gerações, da importância do patrimônio cultural imaterial e de sua salvaguarda,

Considerando que a comunidade internacional deveria contribuir, junto com os Estados Partes na presente Convenção, para a salvaguarda desse patrimônio, com um espírito de cooperação e ajuda mútua,

Recordando os programas da Unesco relativos ao patrimônio cultural imaterial, em particular a Proclamação de Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade,

Considerando a inestimável função que cumpre o patrimônio cultural imaterial como fator de aproximação, intercâmbio e entendimento entre os seres humanos,

Aprova neste dia 17 de outubro de 2003 a presente Convenção.

I. Disposições gerais

Artigo 1: Finalidades da Convenção

A presente Convenção tem as seguintes finalidades:

- a) a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial;
- b) o respeito ao patrimônio cultural imaterial das comunidades, grupos e indivíduos envolvidos;
- c) a conscientização nos planos local, nacional e internacional da importância do patrimônio cultural imaterial e de seu reconhecimento recíproco;
- d) a cooperação e a assistência internacionais.

Artigo 2: Definições

Para os fins da presente Convenção,

1. Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável.
2. O “patrimônio cultural imaterial”, conforme definido no parágrafo 1 acima, se manifesta em particular nos seguintes campos:
 - a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
 - b) expressões artísticas;
 - c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
 - d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo;
 - e) técnicas artesanais tradicionais.
3. Entende-se por “salvaguarda” as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente

por meio da educação formal e não-formal – e a revitalização desse patrimônio em seus diversos aspectos.

4. A expressão “Estados Partes” designa os Estados vinculados pela presente Convenção e entre os quais a presente Convenção está em vigor.

5. Esta Convenção se aplica *mutatis mutandis* aos territórios mencionados no Artigo 33 que se tornarem Partes na presente Convenção, conforme as condições especificadas no referido artigo. A expressão “Estados Partes” se referirá igualmente a esses territórios.

Artigo 3: Relação com outros instrumentos internacionais

Nenhuma disposição da presente Convenção poderá ser interpretada de tal maneira que:

- a) modifique o estatuto ou reduza o nível de proteção dos bens declarados patrimônio mundial pela Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, ao qual está diretamente associado um elemento do patrimônio cultural imaterial; ou
- b) afete os direitos e obrigações dos Estados Partes em virtude de outros instrumentos internacionais relativos aos direitos de propriedade intelectual ou à utilização de recursos biológicos e ecológicos dos quais são partes.

II. Órgãos da Convenção

Artigo 4: Assembléia-Geral dos Estados Partes

1. Fica estabelecida uma Assembléia-Geral dos Estados Partes, doravante denominada “Assembléia-Geral”, que será o órgão soberano da presente Convenção.
2. A Assembléia-Geral realizará uma sessão ordinária a cada dois anos. Poderá reunir-se

em caráter extraordinário quando assim o decidir, ou quando receber uma petição em tal sentido do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial ou de, no mínimo, um terço dos Estados Partes.

3. A Assembléia-Geral aprovará seu próprio Regulamento Interno.

Artigo 5: Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial

1. Fica estabelecido junto à Unesco um Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, doravante denominado “Comitê”. O Comitê será integrado por representantes de 18 Estados Partes, a ser eleitos pelos Estados Partes constituídos em Assembléia-Geral, tão logo a presente Convenção entre em vigor, conforme o disposto no Artigo 34.
2. O número de Estados membros do Comitê aumentará para 24, tão logo o número de Estados Partes na Convenção chegue a 50.

Artigo 6: Eleição e mandato dos Estados membros do Comitê

1. A eleição dos Estados membros do Comitê deverá obedecer aos princípios de distribuição geográfica e rotação equitativas.
2. Os Estados Partes na Convenção, reunidos em Assembléia-Geral, elegerão os Estados membros do Comitê para um mandato de quatro anos.
3. Contudo, o mandato da metade dos Estados membros do Comitê eleitos na primeira eleição será somente de dois anos. Os referidos Estados serão designados por sorteio no curso da primeira eleição.
4. A cada dois anos, a Assembléia-Geral renovará a metade dos Estados membros do Comitê.
5. A Assembléia-Geral elegerá também

quantos Estados membros do Comitê forem necessários para preencher vagas existentes.

6. Um Estado membro do Comitê não poderá ser eleito por dois mandatos consecutivos.

7. Os Estados membros do Comitê designarão, como seus representantes no Comitê, pessoas qualificadas nos diversos campos do patrimônio cultural imaterial.

Artigo 7: Funções do Comitê

Sem prejuízo das demais atribuições conferidas pela presente Convenção, as funções do Comitê serão as seguintes:

- a) promover os objetivos da Convenção, fomentar e acompanhar sua aplicação;
- b) oferecer assessoria sobre as melhores práticas e formular recomendações sobre medidas que visem à salvaguarda do patrimônio cultural imaterial;
- c) preparar e submeter à aprovação da Assembléia-Geral um projeto de utilização dos recursos do Fundo, em conformidade com o Artigo 25;
- d) buscar meios de incrementar seus recursos e adotar as medidas necessárias para tanto, em conformidade com o Artigo 25;
- e) preparar e submeter à aprovação da Assembléia-Geral diretrizes operacionais para a aplicação da Convenção;
- f) em conformidade com o Artigo 29, examinar os relatórios dos Estados Partes e elaborar um resumo desses relatórios, destinado à Assembléia-Geral;
- g) examinar as solicitações apresentadas pelos Estados Partes e decidir, de acordo com critérios objetivos de seleção estabelecidos pelo próprio Comitê e aprovados pela Assembléia-Geral, sobre:
 - i) inscrições nas listas e propostas mencionadas nos Artigos 16, 17 e 18;
 - ii) prestação de assistência internacional, em conformidade com o Artigo 22.

Artigo 8: Métodos de trabalho do Comitê

1. O Comitê será responsável perante a Assembléia-Geral, diante da qual prestará contas de todas as suas atividades e decisões.
2. O Comitê aprovará seu Regulamento Interno por uma maioria de dois terços de seus membros.
3. O Comitê poderá criar, em caráter temporário, os órgãos consultivos *ad hoc* que julgue necessários para o desempenho de suas funções.
4. O Comitê poderá convidar para suas reuniões qualquer organismo público ou privado, ou qualquer pessoa física de comprovada competência nos diversos campos do patrimônio cultural imaterial, para consultá-los sobre questões específicas.

Artigo 9: Certificação das organizações de caráter consultivo

1. O Comitê proporá à Assembléia-Geral a certificação de organizações não-governamentais de comprovada competência no campo do patrimônio cultural imaterial. As referidas organizações exercerão funções consultivas perante o Comitê.
2. O Comitê também proporá à Assembléia-Geral os critérios e modalidades pelos quais essa certificação será regida.

Artigo 10: Secretariado

1. O Comitê será assessorado pelo Secretariado da Unesco.
2. O Secretariado preparará a documentação da Assembléia-Geral e do Comitê, bem como o projeto da ordem do dia de suas respectivas reuniões, e assegurará o cumprimento das decisões de ambos os órgãos.

III. Salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no plano nacional

Artigo 11: Funções dos Estados Partes

- Caberá a cada Estado Parte:
- a) adotar as medidas necessárias para garantir a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial presente em seu território;
 - b) entre as medidas de salvaguarda mencionadas no parágrafo 3 do Artigo 2, identificar e definir os diversos elementos do patrimônio cultural imaterial presentes em seu território, com a participação das comunidades, grupos e organizações não-governamentais pertinentes.

Artigo 12: Inventários

1. Para assegurar a identificação, com fins de salvaguarda, cada Estado Parte estabelecerá um ou mais inventários do patrimônio cultural imaterial presente em seu território, em conformidade com seu próprio sistema de salvaguarda do patrimônio. Os referidos inventários serão atualizados regularmente.
2. Ao apresentar seu relatório periódico ao Comitê, em conformidade com o Artigo 29, cada Estado Parte prestará informações pertinentes em relação a esses inventários.

Artigo 13: Outras medidas de salvaguarda

- Para assegurar a salvaguarda, o desenvolvimento e a valorização do patrimônio cultural imaterial presente em seu território, cada Estado Parte empreenderá esforços para:
- a) adotar uma política geral visando promover a função do patrimônio cultural imaterial na sociedade e integrar sua salvaguarda em programas de planejamento;
 - b) designar ou criar um ou vários organismos competentes para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial presente em seu território;
 - c) fomentar estudos científicos, técnicos e artísticos, bem como metodologias de pesquisa, para a salvaguarda eficaz do patrimônio cultural imaterial, e em particular

do patrimônio cultural imaterial que se encontre em perigo;

d) adotar as medidas de ordem jurídica, técnica, administrativa e financeira adequadas para:

- i) favorecer a criação ou o fortalecimento de instituições de formação em gestão do patrimônio cultural imaterial, bem como a transmissão desse patrimônio nos foros e lugares destinados à sua manifestação e expressão;
- ii) garantir o acesso ao patrimônio cultural imaterial, respeitando ao mesmo tempo os costumes que regem o acesso a determinados aspectos do referido patrimônio;
- iii) criar instituições de documentação sobre o patrimônio cultural imaterial e facilitar o acesso a elas.

Artigo 14: Educação, conscientização e fortalecimento de capacidades

Cada Estado Parte se empenhará, por todos os meios oportunos, no sentido de:

- a) assegurar o reconhecimento, o respeito e a valorização do patrimônio cultural imaterial na sociedade, em particular mediante:
 - i) programas educativos, de conscientização e de disseminação de informações voltadas para o público, em especial os jovens;
 - ii) programas educativos e de capacitação específicos no interior das comunidades e dos grupos envolvidos;
 - iii) atividades de fortalecimento de capacidades em matéria de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, e especialmente de gestão e de pesquisa científica; e
 - iv) meios não-formais de transmissão de conhecimento;
- b) manter o público informado das ameaças que pesam sobre esse patrimônio e das atividades realizadas em cumprimento da presente Convenção;
- c) promover a educação para a proteção dos espaços naturais e lugares de memória, cuja

existência é indispensável para que o patrimônio cultural imaterial possa se expressar.

Artigo 15: Participação das comunidades, grupos e indivíduos

No quadro de suas atividades de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, cada Estado Parte deverá assegurar a participação mais ampla possível das comunidades, dos grupos e, quando cabível, dos indivíduos que criam, mantêm e transmitem esse patrimônio e associá-los ativamente à gestão do mesmo.

IV. Salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no plano internacional

Artigo 16: Lista representativa do patrimônio cultural imaterial da humanidade

1. Para assegurar maior visibilidade do patrimônio cultural imaterial, aumentar o grau de conscientização de sua importância e propiciar formas de diálogo que respeitem a diversidade cultural, o Comitê, por proposta dos Estados Partes interessados, criará, manterá atualizada e publicará uma Lista representativa do patrimônio cultural imaterial da humanidade.
2. O Comitê elaborará e submeterá à aprovação da Assembléia-Geral os critérios que regerão o estabelecimento, a atualização e a publicação da referida Lista representativa.

Artigo 17: Lista do patrimônio cultural imaterial que requer medidas urgentes de salvaguarda

1. Com vistas a adotar as medidas adequadas de salvaguarda, o Comitê criará, manterá atualizada e publicará uma Lista do patrimônio cultural imaterial que necessite de medidas urgentes de salvaguarda e inscreverá esse patrimônio na Lista por solicitação do Estado Parte interessado.
2. O Comitê elaborará e submeterá à

aprovação da Assembléia-Geral os critérios que regerão o estabelecimento, a atualização e a publicação dessa Lista.

3. Em casos de extrema urgência, assim considerados de acordo com critérios objetivos aprovados pela Assembléia-Geral, por proposta do Comitê, este último, em consulta com o Estado Parte interessado, poderá inscrever um elemento do patrimônio em questão na Lista mencionada no parágrafo 1.

Artigo 18: Programas, projetos e atividades de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial

1. Com base nas propostas apresentadas pelos Estados Partes, e em conformidade com os critérios definidos pelo Comitê e aprovados pela Assembléia-Geral, o Comitê selecionará periodicamente e promoverá os programas, projetos e atividades de âmbito nacional, sub-regional ou regional para a salvaguarda do patrimônio que, no seu entender, reflatam de modo mais adequado os princípios e objetivos da presente Convenção, levando em conta as necessidades especiais dos países em desenvolvimento.

2. Para tanto, o Comitê receberá, examinará e aprovará as solicitações de assistência internacional formuladas pelos Estados Partes para a elaboração das referidas propostas.

3. O Comitê acompanhará a execução dos referidos programas, projetos e atividades por meio da disseminação das melhores práticas, segundo modalidades por ele definidas.

V. Cooperação e assistência internacionais

Artigo 19: Cooperação

1. Para os fins da presente Convenção, cooperação internacional compreende em particular o intercâmbio de informações e de experiências, iniciativas comuns, e a criação

de um mecanismo para apoiar os Estados Partes em seus esforços para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

2. Sem prejuízo para o disposto em sua legislação nacional nem para seus direitos e práticas consuetudinárias, os Estados Partes reconhecem que a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial é uma questão de interesse geral para a humanidade e nesse sentido se comprometem a cooperar no plano bilateral, sub-regional, regional e internacional.

Artigo 20: Objetivos da assistência internacional

A assistência internacional poderá ser concedida para os seguintes objetivos:

- salvaguarda do patrimônio que figure na Lista de elementos do patrimônio cultural imaterial que necessite medidas urgentes de salvaguarda;
- realização de inventários, em conformidade com os Artigos 11 e 12;
- apoio a programas, projetos e atividades de âmbito nacional, sub-regional e regional destinados à salvaguarda do patrimônio cultural imaterial;
- qualquer outro objetivo que o Comitê julgue necessário.

Artigo 21: Formas de assistência internacional

A assistência concedida pelo Comitê a um Estado Parte será regulamentada pelas diretrizes operacionais previstas no Artigo 7 e pelo acordo mencionado no Artigo 24, e poderá assumir as seguintes formas:

- estudos relativos aos diferentes aspectos da salvaguarda;
- serviços de especialistas e outras pessoas com experiência prática em patrimônio cultural imaterial;
- capacitação de todo o pessoal necessário;
- elaboração de medidas normativas ou de outra natureza;
- criação e utilização de infra-estruturas;

f) aporte de material e de conhecimentos especializados;

g) outras formas de ajuda financeira e técnica, podendo incluir, quando cabível, a concessão de empréstimos com baixas taxas de juros e doações.

Artigo 22: Requisitos para a prestação de assistência internacional

1. O Comitê definirá o procedimento para examinar as solicitações de assistência internacional e determinará os elementos que deverão constar das solicitações, tais como medidas previstas, intervenções necessárias e avaliação de custos.

2. Em situações de urgência, a solicitação de assistência será examinada em caráter de prioridade pelo Comitê.

3. Para tomar uma decisão, o Comitê realizará os estudos e as consultas que julgar necessários.

Artigo 23: Solicitações de assistência internacional

1. Cada Estado Parte poderá apresentar ao Comitê uma solicitação de assistência internacional para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial presente em seu território.

2. Uma solicitação no mesmo sentido poderá também ser apresentada conjuntamente por dois ou mais Estados Partes.

3. Na solicitação, deverão constar as informações mencionadas no parágrafo 1 do Artigo 22, bem como a documentação necessária.

Artigo 24: Papel dos Estados Partes beneficiários

1. Em conformidade com as disposições da presente Convenção, a assistência internacional concedida será regida por um acordo entre o Estado Parte beneficiário e o Comitê.

2. Como regra geral, o Estado Parte beneficiário deverá, na medida de suas possibilidades, compartilhar os custos das

medidas de salvaguarda para as quais a assistência internacional foi concedida.

3. O Estado Parte beneficiário apresentará ao Comitê um relatório sobre a utilização da assistência concedida com a finalidade de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.

VI. Fundo do patrimônio cultural imaterial

Artigo 25: Natureza e recursos do Fundo

1. Fica estabelecido um "Fundo para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial", doravante denominado "Fundo".

2. O Fundo será constituído como fundo fiduciário, em conformidade com as disposições do Regulamento Financeiro da Unesco.

3. Os recursos do Fundo serão constituídos por:

- contribuições dos Estados Partes;
 - recursos que a Conferência-Geral da Unesco alocar para essa finalidade;
 - aportes, doações ou legados realizados por:
 - outros Estados;
 - organismos e programas do sistema das Nações Unidas, em especial o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, ou outras organizações internacionais;
 - organismos públicos ou privados ou pessoas físicas;
 - quaisquer juros devidos aos recursos do Fundo;
 - produto de coletas e receitas aferidas em eventos organizados em benefício do Fundo;
 - todos os demais recursos autorizados pelo Regulamento do Fundo, que o Comitê elaborará.
4. A utilização dos recursos por parte do Comitê será decidida com base nas orientações formuladas pela Assembléia-Geral.
5. O Comitê poderá aceitar contribuições ou assistência de outra natureza oferecidas com fins gerais ou específicos, vinculados a projetos concretos, desde que os referidos projetos tenham sido por ele aprovados.

6. As contribuições ao Fundo não poderão ser condicionadas a nenhuma exigência política, econômica ou de qualquer outro tipo que seja incompatível com os objetivos da presente Convenção.

Artigo 26: Contribuições dos Estados Partes ao Fundo

1. Sem prejuízo de outra contribuição complementar de caráter voluntário, os Estados Partes na presente Convenção se obrigam a depositar no Fundo, no mínimo a cada dois anos, uma contribuição cuja quantia, calculada com base em uma porcentagem uniforme aplicável a todos os Estados, será determinada pela Assembléia-Geral. Essa decisão da Assembléia-Geral será tomada por maioria dos Estados Partes presentes e votantes, que não tenham feito a declaração mencionada no parágrafo 2 do presente artigo. A contribuição de um Estado Parte não poderá, em nenhum caso, exceder 1% da contribuição desse Estado ao Orçamento Ordinário da Unesco.

2. Contudo, qualquer dos Estados a que se referem o Artigo 32 ou o Artigo 33 da presente Convenção poderá declarar, no momento em que depositar seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, que não se considera obrigado pelas disposições do parágrafo 1 do presente artigo.

3. Qualquer Estado Parte na presente Convenção que tenha formulado a declaração mencionada no parágrafo 2 do presente artigo se esforçará para retirar tal declaração mediante uma notificação ao diretor-geral da Unesco. Contudo, a retirada da declaração só terá efeito sobre a contribuição devida pelo Estado a partir da data da abertura da sessão subsequente da Assembléia-Geral.

4. Para que o Comitê possa planejar com eficiência suas atividades, as contribuições dos Estados Partes nesta Convenção que tenham feito a declaração mencionada no parágrafo 2 do presente artigo deverão ser efetuadas regularmente, no mínimo a cada dois anos, e deverão ser de um valor o mais

próximo possível do valor das contribuições que esses Estados deveriam se estivessem obrigados pelas disposições do parágrafo 1 do presente artigo.

5. Nenhum Estado Parte na presente Convenção, que esteja com pagamento de sua contribuição obrigatória ou voluntária para o ano em curso e o ano civil imediatamente anterior em atraso, poderá ser eleito membro do Comitê. Essa disposição não se aplica à primeira eleição do Comitê. O mandato de um Estado Parte que se encontre em tal situação e que já seja membro do Comitê será encerrado quando forem realizadas quaisquer das eleições previstas no Artigo 6 da presente Convenção.

Artigo 27: Contribuições voluntárias suplementares ao Fundo

Os Estados Partes que desejarem efetuar contribuições voluntárias, além das contribuições previstas no Artigo 26, deverão informar o Comitê tão logo seja possível, para que este possa planejar suas atividades de acordo.

Artigo 28: Campanhas internacionais para arrecadação de recursos

Na medida do possível, os Estados Partes apoiarão as campanhas internacionais para arrecadação de recursos organizadas em benefício do Fundo sob os auspícios da Unesco.

VII. Relatórios

Artigo 29: Relatórios dos Estados Partes

Os Estados Partes apresentarão ao Comitê, na forma e com periodicidade a ser definidas pelo Comitê, relatórios sobre

as disposições legislativas, regulamentares ou de outra natureza que tenham adotado para implementar a presente Convenção.

Artigo 30: Relatórios do Comitê

1. Com base em suas atividades e nos relatórios dos Estados Partes mencionados no Artigo 29, o Comitê apresentará um relatório em cada sessão da Assembléia-Geral.

2. O referido relatório será levado ao conhecimento da Conferência-Geral da Unesco.

VIII. Cláusula transitória

Artigo 31: Relação com a Proclamação das Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade

1. O Comitê incorporará à Lista representativa do patrimônio cultural imaterial da humanidade os elementos que, anteriormente à entrada em vigor desta Convenção, tenham sido proclamados "Obras-Primas do Patrimônio Oral e Imaterial da Humanidade".

2. A inclusão dos referidos elementos na Lista representativa do patrimônio cultural imaterial da humanidade será efetuada sem prejuízo dos critérios estabelecidos para as inscrições subsequentes, segundo o disposto no parágrafo 2 do Artigo 16.

3. Após a entrada em vigor da presente Convenção, não será feita mais nenhuma outra Proclamação.

IX. Disposições finais

Artigo 32: Ratificação, aceitação ou aprovação

1. A presente Convenção estará sujeita à ratificação, aceitação ou aprovação dos Estados Membros da Unesco, em conformidade com seus respectivos dispositivos constitucionais.

2. Os instrumentos de ratificação, aceitação ou aprovação serão depositados junto ao diretor-geral da Unesco.

Artigo 33: Adesão

1. A presente Convenção estará aberta à adesão de todos os Estados que não sejam membros da Unesco e que tenham sido convidados a aderir pela Conferência-Geral da Organização.

2. A presente Convenção também estará aberta à adesão dos territórios que gozem de plena autonomia interna, reconhecidos como tal pelas Nações Unidas, mas que não tenham alcançado a plena independência, em conformidade com a Resolução 1514 (XV) da Assembléia-Geral, e que tenham competência sobre as matérias regidas por esta Convenção, inclusive a competência reconhecida para subscrever tratados relacionados a essas matérias.

3. O instrumento de adesão será depositado junto ao diretor-geral da Unesco.

Artigo 34: Entrada em vigor

A presente Convenção entrará em vigor três meses após a data do depósito do 30º instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, mas unicamente para os Estados que tenham depositado seus respectivos instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão naquela data ou anteriormente. Para os demais Estados Partes, entrará em vigor três meses depois de efetuado o depósito de seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão.

Artigo 35: Regimes constitucionais federais ou não-unitários

Aos Estados Partes que tenham um regime constitucional federal ou não-unitário aplicar-se-ão as seguintes disposições:

a) com relação às disposições desta

Convenção cuja aplicação estejam sob a competência do poder legislativo federal ou central, as obrigações do governo federal ou central serão idênticas às dos Estados Partes que não constituem Estados federais;

b) com relação às disposições da presente Convenção cuja aplicação estejam sob a competência de cada um dos Estados, países, províncias ou cantões constituintes, que em virtude do regime constitucional da federação não estejam obrigados a tomar medidas legislativas, o governo federal as comunicará, com parecer favorável, às autoridades competentes dos Estados, países, províncias ou cantões, com sua recomendação para que estes as aprovelem.

Artigo 36: Denúncia

1. Todos os Estados Partes poderão denunciar a presente Convenção.

2. A denúncia será notificada por meio de um instrumento escrito, que será depositado junto ao diretor-geral da Unesco.

3. A denúncia surtirá efeito 12 meses após a recepção do instrumento de denúncia. A denúncia não modificará em nada as obrigações financeiras assumidas pelo Estado denunciante até a data em que a retirada se efetivar.

Artigo 37: Funções do depositário

O diretor-geral da Unesco, como depositário da presente Convenção, informará aos Estados membros da Organização e aos Estados não membros aos quais se refere o Artigo 33, bem como às Nações Unidas, acerca do depósito de todos os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão mencionados nos Artigos 32 e 33 e das denúncias previstas no Artigo 36.

Artigo 38: Emendas

1. Qualquer Estado Parte poderá propor emendas a esta Convenção, mediante

comunicação dirigida por escrito ao diretor-geral. Este transmitirá a comunicação a todos os Estados Partes. Se, nos seis meses subseqüentes à data de envio da comunicação, pelo menos a metade dos Estados Partes responder favoravelmente a essa petição, o diretor-geral submeterá a referida proposta ao exame e eventual aprovação da sessão subseqüente da Assembléia-Geral.

2. As emendas serão aprovadas por uma maioria de dois terços dos Estados Partes presentes e votantes.

3. Uma vez aprovadas, as emendas a esta Convenção deverão ser objeto de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão dos Estados Partes.

4. As emendas à presente Convenção, para os Estados Partes que as tenham ratificado, aceito, aprovado ou aderido a elas, entrarão em vigor três meses depois que dois terços dos Estados Partes tenham depositado os instrumentos mencionados no parágrafo 3 do presente artigo. A partir desse momento a emenda correspondente entrará em vigor para cada Estado Parte ou território que a ratifique, aceite, aprove ou adira a ela três meses após a data do depósito do instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão do Estado Parte.

5. O procedimento previsto nos parágrafos 3 e 4 não se aplicará às emendas que modifiquem o Artigo 5, relativo ao número de Estados membros do Comitê. As referidas emendas entrarão em vigor no momento de sua aprovação.

6. Um Estado que passe a ser Parte nesta Convenção após a entrada em vigor de emendas conforme o parágrafo 4 do presente artigo e que não manifeste uma intenção em sentido contrário será considerado:

a) Parte na presente Convenção assim emendada; e

b) Parte na presente Convenção não emendada

com relação a todo Estado Parte que não esteja obrigado pelas emendas em questão.

Artigo 39: Textos autênticos

A presente Convenção está redigida em árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo, sendo os seis textos igualmente autênticos.

Artigo 40: Registro

Em conformidade com o disposto no Artigo 102 da *Carta das Nações Unidas*, a presente Convenção será registrada na Secretaria das Nações Unidas por solicitação do diretor-geral da Unesco.

